

REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
DAS IDEIAS



O CORPO

VOLUME 33, 2012

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## VEGÉCIO E OS LEITORES MEDIEVAIS - A ÚLTIMA ESTOCADA

### Apresentação de um novo livro de Christopher Allmand

#### Introdução

A prestigiada editora da Universidade de Cambridge colocou recentemente no mercado uma nova obra de Christopher Allmand, intitulada *The De Re Militari of Vegetius. The Reception, Transmission and Legacy of a Roman Text in the Middle Ages*, Cambridge University Press, 2011 (400 pp.). Professor Emérito de História Medieval da Universidade de Liverpool, Allmand é um dos mais reputados medievalistas europeus, particularmente conhecido pelos seus trabalhos sobre a Guerra dos Cem Anos e pela sua colaboração (como editor do volume VII, 1998) na importante *The New Cambridge Medieval History*.

Este novo livro de Allmand é inteiramente dedicado a um tema que o tem apaixonado ao longo das últimas décadas: o estudo do *De Re Militari* (ou *Epitoma rei militaris*) de Flávio Vegécio Renato, um autor romano que, por volta do ano 400 d. C, decidiu preparar para o seu imperador (eventualmente Teodosio I, "o Grande", 379-395) um compêndio da arte da guerra, onde se condensa a memória das principais práticas marciais que garantiram, durante séculos, o sucesso das legiões e o triunfo de Roma sobre grande parte do mundo então conhecido.

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Nessa época, os exércitos romanos passavam por grandes dificuldades, resultado da pressão conjugada dos "bárbaros" (a norte) e dos Persas Sassânidas (a leste) sobre as fronteiras do império. Em 378 d. C., o imperador romano do Oriente, Valente, fora derrotado e morto na célebre batalha de Adrianopla, perante uma coligação de forças bárbaras chefiada pelo godo Fritigerno. O crepúsculo do velho império era por demais evidente, mas Flávio Vegécio Renato, provavelmente um alto funcionário imperial, sem experiência pessoal da guerra mas com largo conhecimento da administração romana, possivelmente um homem de origem hispânica e convertido ao cristianismo (como o nome "Renato" sugere), decidiu fazer um esforço e oferecer ao imperador um *vade mecum* de como recuperar os segredos mais importantes das vitoriosas legiões da República e do Alto Império, que haviam construído em nome da pequena cidade do Lácio o maior e mais duradouro império que o mundo ocidental até então conheceria.

Pensa-se que Vegécio, inspirado por tratadistas anteriores (como Catão, Celso, Paterno ou Frontino) começou por escrever um pequeno texto sobre o recrutamento militar e o treino dos recrutas; perante o agrado do imperador e a pedido deste, ter-se-á então abalanchado a escrever uma obra de maiores dimensões, que tradicionalmente aparece subdividida em quatro "livros" diferentes: além do já referido, um segundo Livro dedicado sobretudo à orgânica interna das legiões romanas e às funções dos seus principais oficiais; um Livro III sobre questões de natureza tática (que termina com as famosas "Regras Gerais da Guerra": um enunciado de três dezenas de princípios básicos, à especial atenção dos líderes militares); e um Livro IV, sobre poliorcética (a arte de cercar ou defender fortalezas e praças-fortes) e sobre guerra naval (ainda que, em algumas edições, esta última componente apareça separada, formando um Livro V).

Muito se tem dito e escrito em todo o mundo ocidental acerca do compêndio de Vegécio, da enorme fortuna que este conheceu muito para além do seu tempo (o próprio Christopher Allmand lhe chamou um dia um *bestseller* medieval) e da sua possível influência sobre a arte militar da Idade Média. Nós próprios, em parceria com José Eduardo Braga, nos dedicámos de alma e coração a este estudo, tendo providenciado,

em 2009, uma edição bilingue (latim-português) da *Epitoma rei militaris*, acompanhada de um estudo desenvolvido sobre a figura do seu autor, sobre o exército imperial romano e sobre o destino e influência deste texto na cultura militar medieval (incluindo a portuguesa)<sup>(1)</sup>.

Foi, portanto, com enorme interesse que principiámos a leitura da nova obra de Christopher Allmand. Ora, o mínimo que podemos dizer é que ela superou largamente as nossas melhores expectativas. De facto, o livro *The De Re Militari of Vegetius. The Reception, Transmission and Legacy of a Roman Text in the Middle Ages* está muito longe de ser "mais um" trabalho sobre Vegécio. Trata-se de um estudo completamente diferente e inovador, que vem acrescentar muito ao que já se sabia sobre a influência do tratado de Vegécio na cultura medieval, e a partir de um ângulo extremamente original. Quase poderíamos dizer que é um trabalho de uma vida que qualquer medievalista europeu gostaria de ter produzido. Para o realizar, Allmand partiu de uma ideia que consideramos verdadeiramente genial: decidiu estudar a receção do *De Re Militari* com base, sobretudo, nas *marginalia* (isto é, nas glosas) que os leitores medievais foram anotando, ao longo de séculos, nos manuscritos de Vegécio que iam consultando! Para tanto, Allmand analisou, em perto de 100 bibliotecas europeias (e não só), mais de 200 manuscritos do texto latino de Vegécio e quase 100 traduções vernaculares do *De Re Militari* (que foi vertido, ao longo da Idade Média, para pelo menos seis línguas "vulgares": francês, inglês, italiano, castelhano, catalão e alemão, para além do anglo-normando, do dialeto escocês e, claro, da provável tradução portuguesa do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, que entretanto se perdeu)... Os números são arrasadores e custa desde logo a acreditar que uma só pessoa pudesse ter realizado um trabalho tão monumental, ao longo de tantos anos (Allmand confessa, logo no início do seu livro, que há mais de 35 anos se interessa por Flávio Vegécio Renato). Claro que o reputado professor de Liverpool teve auxiliares importantes, como a preciosa *Handlist of extant manuscripts of the De re militari* preparada em 1979 por Charles R. Shrader, completada posteriormente pela edição crítica latina do *De Re Militari* publicada em Oxford, em 2004, por Michael D. Reeve. Se os guias eram bons,

(1) Veja-se João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga, *Vegécio. Compêndio da Arte da Guerra*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009 (534 pp.).

o investigador soube tirar o melhor partido deles e oferecer à comunidade acadêmica uma obra capaz de cortar a respiração a qualquer um.

O livro de Christopher Allmand, que pela sua importância aqui decidimos apresentar com algum pormenor ao público de língua portuguesa (tanto mais que ele não se encontra ainda disponível no nosso mercado), está subdividido em três partes. A primeira intitula-se "A receção medieval" e analisa a forma como os leitores medievais de Vegécio (que em 450 já era conhecido em Constantinopla) acolheram o *De Re Militari*, tendo em conta os comentários que eles deixaram inscritos em cerca de dois terços dos manuscritos sobreviventes. A segunda tem como título "A transmissão" e considera o uso do tratadista romano por alguns autores especialmente relevantes da cultura da Idade Média e dos inícios da Época Moderna (de João de Salisbúria a Maquiavel), as traduções do *De Re Militari* (feitas a partir de 1275, aproximadamente), os desenhos e ilustrações que acompanham muitos dos manuscritos, a organização de coletâneas de excertos do tratado de Vegécio (sozinho ou em associação com outros autores antigos ou medievais) e a presença (extraordinariamente reveladora) do *De Re Militari* logo nos alvores da imprensa. Por fim, a terceira parte, intitulada "O legado", pretende explicitar a influência do célebre tratado romano numa dezena de vertentes distintas, curiosamente nem todas ligadas à arte militar propriamente dita, mas invadindo também os domínios da filosofia, da política, da moral e da religião. A obra completa-se com dois preciosos Apêndices: o primeiro, um quadro reunindo cerca de três dezenas de termos-chave do *De Re Militari* e, em paralelo, a forma como cada um deles foi traduzido nas diversas línguas vernaculares para as quais o texto de Vegécio foi sendo vertido até 1500; o segundo, a inevitável lista dos manuscritos (latinos e vernaculares) do *De Re Militari*, que Christopher Allmand manuseou e estudou um a um. Segue-se uma cuidadosa bibliografia de 27 páginas, que inclui não só as modernas edições do *De Re Militari*, as suas traduções vernaculares medievais e as traduções modernas, mas também as fontes impressas e os estudos mais importantes. Há ainda um pequeno índice remissivo, hoje em dia um instrumento indispensável para a consulta de obras sobre temáticas complexas e variadas, que se espriam por épocas e por geografias muito diversificadas, como é claramente o caso daquela que aqui analisamos.

1. A Parte I do livro ("A recepção medieval", pp. 13-80) encontra-se subdividida em cinco capítulos. No primeiro, Allmand faz algumas observações de caráter geral acerca dos manuscritos, salientando desde logo o facto de grande parte dos leitores e comentadores do *De Re Militari* [DRM] serem clérigos (o que facilmente se compreende, dado o monopólio da cultura escrita por esta elite até relativamente tarde), mas apreciam bastante o tratado de Vegécio, que apelava à disciplina, ao despojamento, à renúncia dos prazeres da vida e à obediência, exatamente os valores nucleares da cultura monástica. Quanto às indicações que os leitores medievais deixaram inscritas na maior parte dos manuscritos que chegaram até nós, existem desde sublinhados mais ou menos enfáticos (podendo recair apenas sobre uma palavra ou uma frase, ou abranger todo um capítulo) até desenhos (por exemplo: dedos compridos a apontar para uma determinada passagem, breves ilustrações visuais do que Vegécio vai dizendo, comentários sobre o conteúdo do capítulo, e outros). Curiosamente, uma mesma passagem pode ter suscitado o interesse de leitores separados por muitos séculos de distância, embora Allmand reconheça a grande dificuldade em datar os manuscritos e, sobretudo, as glosas que os acompanham.

No segundo capítulo da primeira parte, o autor analisa mais demoradamente os cerca de 200 manuscritos latinos consultados (situados entre o séc. IX e o séc. XV/XVI) e começa por identificar os três objetivos principais da sua investigação: i) perceber quais as partes do DRM que suscitaram mais atenção por parte dos leitores; ii) compreender se as ideias de Vegécio eram aplicáveis no tempo dos respetivos leitores; iii) avaliar a relação entre as circunstâncias específicas de uma época e o interesse por certos capítulos em particular (uma tarefa reconhecidamente mais espinhosa).

Para melhor cumprir a sua tarefa, Allmand opta por acompanhar *pari passu* os quatro Livros do DRM e a reação que cada um deles suscitou. Assim, em relação ao Livro I, o autor realça a larga aceitação da ideia-base de Vegécio, segundo a qual são a destreza e o treino (e não o número, a força bruta ou a bravura) que garantem o sucesso na guerra. Os leitores medievais acolheram também as reflexões de Vegécio sobre a importância de conhecer a experiência militar do passado, sobre a relação entre o conhecimento da arte da guerra e a coragem dos soldados (de tal modo que forças bem pequenas mas devidamente treinadas eram preferíveis a quaisquer outras), sobre as vantagens dos recrutas

oriundos do campo (habituaados ao trabalho ao ar livre e ao esforço físico intenso) relativamente aos das cidades, sobre a importância de um recrutamento cuidadoso (precoce e que considerasse não só as qualidades físicas mas também morais e intelectuais: saber ler e escrever, pelos menos alguns dos soldados), sobre a relevância de um treino regular e intensivo dos recrutas (o desleixo e o ócio eram tidos por Vegécio como uma das causas principais das sucessivas derrotas dos Romanos face aos "bárbaros") e sobre a necessidade de os soldados se apresentarem na guerra com a cabeça e o tronco bem protegidos. Especialmente interessante é o comentário de um leitor de 1357, que, no passo em que Vegécio se refere ao perigo representado pelos arqueiros godos (Liv. I, cap. 20), escreveu, decerto sob o impacto da derrota francesa na batalha de Poitiers, em 1356, diante da infantaria inglesa e dos seus famosos atiradores munidos do arco longo: "sagitarii multum prevalent" ("os arqueiros predominam largamente")... As reações medievais ao Livro I de Vegécio contemplam igualmente sublinhados sobre a coesão das tropas de infantaria (que devem apresentar-se "como um muro"), sobre a necessidade de descartar recrutas que não satisfazem as exigências dos seus instrutores, sobre a variedade dos exercícios de treino (saltar, correr, nadar, marchar bem carregado de armas, esgrimir, arremessar dardos, entre outros) e sobre a tripla vantagem do treino, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra: manter o adversário em respeito (ninguém ousa atacar um inimigo que sabe ser poderoso-evitar os erros e as fraquezas (que na guerra são quase impossíveis de corrigir); e beneficiar o Estado com a existência de boas reservas, sempre ao dispor. Estes três aspetos suscitaram um particular interesse dos leitores entre os sécs. XII e XV, mostrando como o texto do DRM era tanto mais apreciado quanto mais generalista fosse (e, portanto, mais adaptável à filosofia militar de qualquer época). Curiosamente, ao valorizar a importância do esforço e da qualidade, Vegécio punha de certa maneira em causa a ideia comum de que a vitória dependia *sempre e apenas* de Deus e da Fortuna; em alternativa, sublinhava como a preparação física e mental dos soldados podia gerar uma hoste pequena mas bem preparada e, por isso, capaz de bater um exército numeroso mas mal treinado - algo que a história militar europeia dos finais da Idade Média largamente documenta. Para tal, havia que privilegiar o recrutamento e o treino rigoroso de bons recrutas nacionais, em vez de se optar pela contratação de mercenários estrangeiros, uma prática que

comprometeu a eficiência militar romana nos sécs. IV e V e que muitos leitores medievais conheciam igualmente por experiência própria: basta recordar os fracassos militares de Carlos "o Temerário", duque da Borgonha, no terceiro quartel do séc. XV.

A reação dos leitores ao Livro II de Vegécio foi claramente distinta. Uma vez que esta parte do DRM se dedicava sobretudo à descrição das estruturas do exército romano (em especial a legião), o interesse que suscitou na Idade Média foi, compreensivelmente, muito mais reduzido. Na verdade, as glosas dos leitores tardios refletem mais o espírito do Renascimento (conhecer Roma, o seu passado, a sua história, a sua língua, com as suas palavras e termos raros) do que uma inspiração prática para aplicação de princípios do DRM. Ou seja, trata-se de um interesse sobretudo académico. No entanto, convém lembrar que Vegécio nunca perdia uma oportunidade para recordar as suas mensagens principais, pelo que etimologias de palavras como *legio* ou *exercitus* serviam de pretexto para recordar a importância de uma seleção cuidadosa dos soldados, de um treino militar rigoroso e do papel social do exército. Um dos capítulos deste livro a chamar crescentemente a atenção dos leitores medievais foi o n.º 5, em que Vegécio (um autor cristão, recordamos) se refere ao juramento que os soldados devem prestar ao imperador, em nome da Trindade e com vista ao bem comum. Esta passagem sugeria que o soldado não devia trair o governante e devia estar sempre disponível para sacrificar a sua vida em prol do Estado que servia. Num outro capítulo deste Livro II (n.º 14), Vegécio defende que a escolha dos oficiais do exército, nomeadamente dos centuriões, se deve fazer em função das suas qualidades físicas, marciais e morais, e não em resultado do nascimento ou do estatuto social. Ora, isto mexeu com os leitores dos finais da Idade Média, época em que muitos autores defendiam exatamente uma mudança nos critérios de atribuição dos principais cargos militares, no sentido de uma cada vez maior profissionalização das máquinas de guerra! Há igualmente muitas anotações marginais numa passagem do mesmo capítulo 14, em que o tratadista romano recomenda uma conservação cuidadosa do equipamento militar, até como forma de intimidar o adversário: a visão de um grande número de armas reluzentes a brilhar ao sol podia, só por si, desmoralizar um opositor... Neste Livro II, também é interessante notar a presença, nas *marginalia*, de alguns desenhos, inseridos junto ao capítulo (n.º 6) em que o DRM trata dos

símbolos das legiões, em especial da águia; note-se que a heráldica conheceu um forte desenvolvimento na Europa a partir do séc. XIII (veja-se o caso das companhias militares francesas e inglesas) e que, na Borgonha, as Ordenações de Carlos "o Temerário" recomendavam exatamente o uso de bandeiras pessoais por parte dos líderes, como forma de manter as forças ducais agrupadas, o que reflete a influência do uso da águia romana ("aquila", comentam alguns leitores nas margens dos manuscritos) sobre certos desenvolvimentos militares tardo-medievos. Sempre seguindo a demonstração de Allmand, salientaremos ainda o facto de um leitor do DRM ter considerado o cap. 18 do Livro II como "o melhor", por nele se declarar expressamente que, com treino intensivo e uma boa liderança, tudo é possível de obter na guerra. Por fim, vale a pena destacar o aforismo final do cap. 23, onde Vegécio declara que o que distingue o soldado do civil é o uso sábio das armas; este comentário tornou-se, na Idade Média, uma das passagens mais populares do DRM, e nela reconhecemos, novamente, a preocupação do tratadista romano em apresentar o soldado, não como um corpo estranho, mas antes como um elemento profundamente integrado no universo social.

A mensagem do Livro III do DRM resume-se em poucas palavras, e já noutros trabalhos Allmand a comparou com o espírito dos escuteiros criados em inícios do séc. XX pelo herói militar inglês Robert Baden Powell: *be prepared!* Trata-se do território vegeciano que mais profundamente influenciou a arte militar medieval. Uma das mensagens principais, várias vezes repetida, é a de que mais vale vencer o adversário pela fome do que pelo ferro. Mas, para tanto, há que saber gerir sabiamente os recursos logísticos, tarefa que deve iniciar-se ainda em período de paz (Vegécio era um administrador nato), de modo a que, iniciadas as hostilidades, nada falte ao general e este possa sair vitorioso. Assim, uma colheita atempada de alimentos, a antecipação de dificuldades (para depois evitar ruturas de *stocks* e motins), a observação cuidadosa do adversário (recolha de informação inteligente, através da espionagem e da população local), o estudo dos itinerários (com recurso a mapas que permitiam localizar os riscos de emboscadas e calcular distâncias e velocidades de marcha), a preservação do sigilo sobre os planos de operação futuros, entre outros fatores, tudo isso ajudava o comandante a tomar as decisões corretas no momento certo e a manter o exército unido e com o seu moral em alta. Neste particular, Allmand mostra como os leitores medievais foram sensíveis à sugestão

de Vegécio de nunca conduzir um exército hesitante, ou mal treinado, ou recentemente derrotado, a uma batalha campal sem primeiro o reabilitar animicamente. Entre as qualidades do bom *dux*, o tratadista romano incluiu o saber ouvir, o saber decidir por si próprio, o ser capaz de evitar os confrontos diretos que não fossem seguros, o recolher de informação pormenorizada sobre os adversários, a capacidade para animar as tropas através de discursos exortativos adequados e da força do seu exemplo, a sabedoria para gerir a psicologia dos seus soldados (o medo, a altura certa para atacar, a confiança, a agressividade) e até a sua habilidade para espalhar a discórdia entre os inimigos. O cap. 12 deste Livro III, também dedicado a aspetos de natureza psicológica/ emocional, suscitou imensas glosas, onde se sublinha a importância de saber avaliar o sentimento do soldado no dia da batalha e de habituar previamente os homens à visão do inimigo, contra o qual devem ser excitados através de discursos capazes de inflamar o ódio pelos seus opositores. Mas muitos outros aspetos, na sua maior parte de natureza tática, mereceram ainda a aprovação dos leitores medievais do DRM: a formação da linha de batalha e o posicionamento ideal do comandante no seu seio (liderar a partir de trás, ou do meio, e não da linha da frente: caps. 14 e 18); garantir sempre ao inimigo um caminho de fuga (o desespero potencia a agressividade: cap. 21, largamente acompanhado por sublinhados em muitos manuscritos); e, sobretudo, as famosas 33 "Regras Gerais da Guerra", com que Vegécio encerra este seu popular livro (cap. 26) e que foram, no seu todo ou em parte, repetidas até à exaustão em muitos escritos medievais e renascentistas. Trata-se aqui de curtos resumos (de uma, duas ou três linhas) dos principais preceitos táticos preconizados por Vegécio, que se adaptavam maravilhosamente ao espírito das máximas medievais, tendo Allmand notado que existe uma correspondência manifesta entre o interesse suscitado por algumas das Regras e o capítulo em que a respetiva matéria foi tratada por Vegécio (exemplos: caps. 6,9,10 ou 22). Em síntese, Christopher Allmand regista como, em matéria de ensinamentos táticos e estratégicos, os leitores medievais de Vegécio acolheram sobretudo as recomendações sobre a importância do treino regular, sobre o aproveitamento de boas oportunidades para travar combate e sobre logística e aprovisionamento. Quase se poderia dizer que estas Regras Gerais da Guerra tiveram, na Idade Média, uma vida independente, compondo aquilo a que Allmand chama uma espécie de "Vegécio menor".

Por fim, o Livro IV, dedicado à poliorcética (caps. 1 a 30) e à guerra naval (caps. 31 a 46). Conforme explica Allmand, apenas 41% dos manuscritos (84 em 205) apresenta glosas, o que revela um menor interesse dos leitores medievais e renascentistas. Para além dos aspetos etimológicos (que no entanto também podem indiciar um desejo de conhecer melhor a Roma antiga e de como ela dominou tantos povos), os leitores do DRM interessaram-se sobretudo pelos aspetos práticos das técnicas de defesa de cidades e praças-fortes sitiadas: capacidade humana para fortificar bem os lugares (cap. 1); barbacãs e grades de defesa das portas (cap. 4); mantas e peles a "acolchoar" os muros das fortalezas (cap. 6); racionamento cuidadoso dos alimentos, com possibilidade de haver recurso à expulsão de pessoas incapazes (por saúde, idade ou sexo) de colaborar nas tarefas defensivas (cap. 7); abastecimento atempado em armas e munições (cap. 9, onde existem 30 glosas alusivas à história das matronas romanas, que aceitaram cortar os seus cabelos para substituir o esgotado *stock* de tendões para os engenhos com que os Romanos se defenderam do cerco do Capitólio pelos Gauleses, em 390 a. C); uso de onagros, balistas e escorpiões em situações defensivas, para além de fundas e de pedras pesadas (caps. 22 e 25); e preocupação com uma boa vigilância, diurna e noturna das praças (cap. 26, onde Vegécio evoca o episódio do ganso que salvou os Romanos no cerco do Capitólio, uma história exemplar que provocou glosas em manuscritos do DRM desde o séc. IX até ao séc. XV, o que raramente se verifica). Para além destes aspetos, os leitores medievais de Vegécio acolheram ainda a ideia de que todos os cidadãos aptos deviam colaborar na resistência (cap. 25), um aspeto que estimulou a produção de uma iluminura num manuscrito parisiense do séc. XIV, onde se pode ver um soldado e um civil combatendo um contra o outro. Quanto aos procedimentos ofensivos, os leitores do DRM parecem ter-se interessado apenas pelo teor do capítulo 21, que trata da utilização de máquinas de assalto (como a torre móvel, a ponte sambuca, a *exotra* e o toleno); há manuscritos do séc. XV que apresentam ainda comentários a este capítulo, o que sugere a atualidade prática de algumas das técnicas de ataque propostas por Vegécio, cerca de mil anos depois de este ter redigido o seu famoso tratado! Quanto à guerra naval, 17 dos manuscritos isolam os 16 capítulos em que o tema é tratado por Vegécio, formando assim um Livro V do DRM. Só nos últimos dois séculos da Idade Média (XIV e XV) é que este conjunto de capítulos terá merecido

alguma atenção, uma vez que nessa época o tema da guerra naval ia ganhando uma especial acuidade (pense-se, por exemplo, na Guerra dos Cem Anos). Nessa altura, os leitores mostraram especial interesse por algumas das ideias do autor, tais como: a prática romana de manter os navios sempre a postos (cap. 31, que podemos relacionar com a preocupação veneziana, genovesa, pisana, aragonesa ou napolitana de dispor de frotas permanentes, lideradas por almirantes capazes); a tese de que a velocidade é mais importante do que a coragem (cap. 31); a possibilidade de criar navios especiais para a guerra nos mares (as "liburnas": cap. 33), em vez de se servir dos navios mercantes; e os temas da construção cuidadosa dos vasos de guerra (cap. 34: com boas madeiras, colhidas na altura certa, e pregos resistentes) e do tamanho adequado dos navios de guerra, incluindo os barcos-patrolha (cap. 37). Quanto ao treino dos marinheiros, Vegécio nada diz, e um leitor mostrou-se até admirado pela aplicação do termo *miles* àqueles que lutavam no mar. Com o tempo, os capítulos 38 a 43 (sobre a arte da navegação) mereceram também alguma atenção dos leitores, assim como, é claro, os capítulos 44 a 46, os únicos dedicados ao combate naval propriamente dito. No cap. 44, os leitores tardios do DRM anotaram sobretudo dois temas: a variedade das armas e dos mísseis utilizados na guerra marítima; e a importância das armaduras e dos escudos, pois os perigos do combate naval eram maiores (água, fogo, ferro, pedras) e havia que evitar uma morte indigna (ou seja, o terror de corpos insepultos a serem devorados pelos peixes no fundo do mar...). Já em relação ao derradeiro capítulo do DRM (Liv. IV, cap. 46), sobre como travar uma batalha naval, recomendava a batalha em alto-mar (e não junto à costa), a utilização de armas e de engenhos para neutralizar e abater a tripulação adversária (cortar velas, sabotar lemes, "bombardear" o inimigo), sugestões que não passaram incólumes aos olhos dos leitores europeus dos sécs. XIV e XV.

O terceiro capítulo da Primeira Parte do livro de Christopher Allmand que aqui analisamos é dedicado a um uso muito particular de Vegécio. Trata-se de um manuscrito italiano (talvez de Verona), do segundo quartel do séc. XIV, onde o DRM surge acompanhado por outros trabalhos (de Frontino, de Cícero e de outros autores). O especial interesse deste manuscrito resulta do facto de ele ter sido propriedade de Francesco Petrarca (1307-1374), que nele deixou os seus comentários minuciosos à leitura do DRM! Petrarca, um dos maiores eruditos e

pensadores europeus do seu tempo, analisou cada um dos quatro livros do manuscrito do DRM que possuía, resumiu muitos dos argumentos de Vegécio (por exemplo, no Livro I) e mostrou um especial interesse pelo Livro III, onde deixou nada menos do que 147 anotações (em contraste flagrante com os poucos comentários dedicados ao último livro do DRM). Seguindo a investigação de Allmand, podemos sintetizar desta forma o sentido geral das observações de Petrarca acerca do tratado de Vegécio: valorização do papel do exército e do soldado na sociedade; importância de um bom recrutamento e treino militares (já que o soldado é uma peça vital do escudo de defesa do Estado); e elogio àqueles que se dedicam à transmissão escrita do conhecimento, através das gerações. Petrarca também compreendeu bem o caráter "humano" do soldado e os seus sentimentos (e como eles devem ser geridos pelo general), aprovou o juramento militar de que Vegécio fala no seu Livro II, e deve ter utilizado mesmo algumas das passagens do DRM na composição do seu poema épico *África*, escrito por volta do ano 1333). O facto de o soldado ser visto, por Petrarca, como protetor do Estado e da sua liberdade, assim como a sua enfática recomendação para que se ignore o conselho dos inexperientes em matéria militar, ajudam a consolidar a ideia de uma clara influência de Vegécio sobre o grande humanista italiano do séc. XIV (que dele se vai, aliás, apropriando a pouco e pouco, de forma consciente ou não). Em síntese, e segundo Allmand, o interesse de Petrarca pelo DRM foi simultaneamente literário e prático: mostrou curiosidade em conhecer o passado e a configuração geral da prática da guerra pelos Romanos; e reforçou o seu patriotismo e a sua crença na importância de um exército organizado e bem liderado.

O quarto capítulo da Primeira Parte do livro de Christopher Allmand é dedicado aos *bedfellows* do DRM, sempre que este tratado aparece em manuscritos que contêm igualmente outras obras. O tema é interessante, porque estas associações não são inocentes e também podem dizer algo acerca da receção de Vegécio no mundo medieval. O principal "parceiro" do DRM é o *Strategemata*, de Frontino, uma coleção de exemplos de estratégias militares das épocas grega e romana clássicas, compilada por Sexto Júlio Frontino (governador romano da Bretanha em meados dos anos 70) no séc. I d. C. Vegécio utilizou, aliás, Frontino, uma vez que o cita duas vezes no DRM. Subsistiram até hoje mais de 100 manuscritos do *Strategemata*, incluindo coleções de excertos e traduções para, pelo menos, três línguas. As associações

dos tratados de Vegécio e de Frontino começam no séc. XII e florescem nos sécs. XIV e, sobretudo, XV, centúria em que se detetam mais de 20 manuscritos combinados das duas obras, na sua maioria italianos. Um outro manuscrito junta o DRM com o *Livro dos Macabeus* (trata-se de cópias carolíngias tardias) e, no séc. XV, foi-lhe acrescentada uma cópia do *Strategemata*. Este manuscrito do DRM apresenta um elevado número de glosas, especialmente dos sécs. XII a XV: explicação de termos raros, desenhos e até um pequeno glossário, preparado no séc. XV; ou seja, trata-se de um códice pensado para consulta de matérias de natureza militar. Existem ainda outros emparceiramentos possíveis do DRM: com o *De Re Militari* do Pseudo-Modesto; com o *Secretum Secretorum* do Pseudo-Aristóteles; com o *Strategicus* de Onesandro; com o *De instruendis aciebus*, de Aélío; e mesmo com o Livro XVIII das *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha (onde se trata dos quatro tipos de guerra). Obviamente, pretendia-se com esta associação criar coleções especializadas de textos de referência a nível militar, em grande medida em Itália. Na mesma linha de raciocínio, em 1487, Eucário Silber imprimiria em Roma um volume em que reunia as obras principais de Vegécio, de Frontino, de Modesto e de Aélío. Allmand documenta ainda outros emparelhamentos (menos convencionais) do DRM, designadamente com obras de Vitrúvio, de Cícero, de Paládio ou de Salústio, todos eles clássicos latinos. Quando surge associado a obras da Idade Média, o que naturalmente acontece cada vez mais à medida que vamos avançando no tempo, os parceiros mais frequentes de Vegécio são o *Policraticus* de João de Salisbúria e o *De Regimine Principum*, de Gil de Roma. Este facto traduz a crescente politização do DRM, ao longo dos sécs. XIII, XIV e XV, como Allmand deixará mais claro um pouco mais à frente. Assinale-se que, nas traduções medievais francesas mais importantes (as de Jean de Meun e de Jean de Vignay), em metade dos casos o tratado de Vegécio surge isoladamente; quando tem companhia, os parceiros são, no primeiro caso, Honoré Bouvet, Frontino e, eventualmente, Raimundo Lulo; e, no segundo, Gii de Roma, Xenofonte e Cristina de Pisano. Trata-se, em geral, de cópias de muito boa qualidade, com bons manuscritos, iluminuras e outros pontos fortes. Por fim, Allmand recorda que, no primeiro quartel do séc. XIV, foi organizado um dossiê de apoio à retomada da Cruzada na Terra Santa; para o efeito, selecionaram-se alguns textos, entre os quais o tratado de Vegécio, que continuava a ser considerado uma autoridade em matéria de ciência militar!

O quinto e último capítulo da Primeira Parte do novo livro de Christopher Allmand é dedicado aos proprietários dos manuscritos do DRM. Para os identificar e datar, o investigador inglês recorre a testamentos, a inventários de bens *post mortem* e a catálogos de bibliotecas, entre outras fontes. Os manuscritos, por si sós, especialmente os mais tardios, também podem fornecer muitos dados, que o exame paleográfico pode reforçar. Claro que possuir um manuscrito do DRM não era necessariamente a mesma coisa que lê-lo; e também se podia ler esse manuscrito sem se ser o respetivo proprietário; do mesmo modo, não anotar uma cópia não significava obrigatoriamente falta de leitura, ou ausência de interesse por ela. Tendo tudo isto em consideração, Allmand é muito claro nas suas conclusões: até ao séc. XII, verifica-se um domínio esmagador das comunidades monásticas entre os proprietários do DRM. Para além de deterem o monopólio da cultura escrita e de atuarem frequentemente como transmissoras da cultura clássica, essas comunidades facilmente reconheciam no DRM um modelo interessante para os monges, que também tinham de travar batalhas severas para conseguir obter a almejada vitória espiritual; além disso, o DRM funcionava como um elo entre o monge e o mundo real. Existem provas da presença do tratado de Vegécio em bibliotecas eclesiásticas desde o séc. IX, mas sabe-se que Beda "o Venerável" (m. 735) já o citava muito antes disso. No séc. IX, havia exemplares do DRM em Saint-Denis e em Fleury-sur-Loire; no séc. X, em Reichenau, em Ghent, em Freising e em Noailles; no séc. XI, em Canterbury, em Saint Martial, em Limoges, em Corvey e em St. Augustine... Depois, o interesse cresceu visivelmente e muitas outras casas monásticas adquiriram cópias (por exemplo: Monte Cassino, em Itália, Malmesbury, em Inglaterra, ou Corbie, em França). Desde tempos bastante remotos, também alguns líderes do clero secular, gente ilustre dos bispados e dos capítulos catedralícios, alguns deles conselheiros de reis ou de príncipes, procederam da mesma maneira: assim fizeram Fréculf, bispo de Lisieux cerca de 840; Hartgar, bispo de Liège pela mesma época; ou Dido, bispo de Laon em finais do séc. IX. No séc. XII, já existiam cópias do DRM nas bibliotecas catedralícias de Lincoln (que quase só tinha Teologia e Direito Canónico!), de Bamberg e de Chartres, o mesmo sucedendo na centúria seguinte em Winchester e em Amiens. Thomas Beckett, famoso arcebispo de Canterbury (executado em 1170, por ordem do rei Henrique II de Inglaterra, junto de quem teve experiência governativa, tendo-se aliás tornado amigo de João de

Salisbúria), também possuiu uma cópia do DRM. Quanto a bibliotecas seculares, sabemos que Luís "o Germânico" e o seu irmão Carlos "o Calvo" possuíram exemplares do tratado de Vegécio em finais do séc. IX, tal como Eudo da França ocidental, entre várias outras personagens, de que nos agrada salientar o rei Afonso V de Castela, em inícios do séc. XI. No séc. XIII, todos os sinais (e o próprio número de manuscritos sobreviventes) apontam para uma maior popularidade do DRM, cuja presença se impõe também no seio das novas ordens religiosas (veja-se os casos do dominicano Vicente de Beauvais e do franciscano João de Gales), que aproveitam bem o tratado romano nas suas coleções de excertos e de sermões. A partir desta época, as traduções vernaculares do DRM também vão dar uma ajuda grande na divulgação de Vegécio, assim como o aproveitamento que dele foi feito por autores de grande reputação, como Gil de Roma. No séc. XIV, o DRM entra na sua fase de apogeu, alargando-se claramente o círculo das bibliotecas e dos proprietários que têm consigo uma cópia do tratado: papas, bispos, cardeais, chanceleres, mas também reis e príncipes com especiais responsabilidades militares; recorde-se a sua presença na corte de Saboia, os conselhos de Philippe de Mézières a Carlos VI de França ou as advertências de Jean Gerson ao delfim Carlos, futuro rei da flor-de-lis. Acentuava-se a dimensão política de Vegécio, tendo em conta o papel cada vez mais importante que o exército ia cumprindo na sociedade (recorde-se que Carlos VII de França foi justamente o criador do primeiro exército permanente europeu). Em finais do séc. XV, também Isabel "a Católica", rainha de Castela, devia possuir um exemplar do DRM, tal como muitos príncipes e governantes italianos; em Inglaterra, o DRM interessou não apenas à alta nobreza, mas também à média nobreza e à *gentry*. Como explica Allmand, sabe-se pouco sobre os proprietários das traduções francesas do DRM (para além dos duques de Orleães, do Bourbon, do Berry ou da Borgonha, claro), mas percebe-se que os manuscritos se deslocam agora, no extremo final da Idade Média, de uma biblioteca para outra, revelando o interesse dos respetivos leitores. Assim, o DRM chegou mesmo à Polónia, e os próprios humanistas dos sécs. XIV e XV (como Coluccio Salutati, Poggio Bracciolini, o cardeal Bessário ou Gaspar Volaterrano, além de Petrarca e do médico alemão Hartmann Schedel) revelaram grande interesse por aquilo que Vegécio escrevera *in illo tempore*. Neste ponto, Allmand multiplica os exemplos da presença do DRM na Europa: em Valência, em Maiorca, em Nápoles,

nos Países Baixos, e outros. Mas frisa também que o tratado de Vegécio nunca foi (ao contrário do de Gil de Roma) estudado formalmente nas escolas medievais europeias, embora existisse em diversas bibliotecas universitárias (por exemplo em Oxford, em Cambridge, em Praga, em Heidelberg, em Erfurt, em Paris ou em Salamanca, entre outras). E era possuído por alguns *condottieri* italianos (como Francesco Sforza ou Braccio da Montone) e mesmo por alguns arautos famosos dos finais da Idade Média e inícios da Época Moderna. Segundo conclui Allmand, a Itália foi, entre o séc. IX e o séc. XV, o grande centro de cópia do DRM, seguindo-se-lhe a França e os Países Baixos e, em terceiro lugar, a Inglaterra. Mais atrás neste *ranking*, figuram a Alemanha (que abrandou bastante a partir do séc. X, para depois recuperar com a invenção da imprensa), Castela (onde há pouco a assinalar), Catalunha e a Europa de leste.

2. A Parte II (pp. 81-248) da obra de Christopher Allmand que aqui apresentamos estuda "A transmissão" do *De Re Militari* de Vegécio e encontra-se também dividida em cinco capítulos. No primeiro desses capítulos (o sexto do livro), analisa-se a utilização do DRM por um naipe muito (bem) escolhido de 10 autores de referência, oriundos de épocas, de geografias e de ambientes culturais distintos e responsáveis por obras com caráter também bastante diferenciado: didática, filosofia política, cronística, direito, arte militar e religião, essencialmente.

O primeiro *case study* é João de Salisbúria e o seu famoso *Policraticus*, concluído em 1159, sob o patronato do arcebispo Thomas Beckett. A obra transmite uma mensagem reformista, alimentada por literatura sagrada e secular, e o seu autor empenha-se em mostrar como é importante aproveitar os ensinamentos do passado para construir um mundo melhor. Em especial, o Livro VI do *Policraticus* pode inserir-se num género cada vez mais popular de literatura didática sobre a realeza, o governo e a sociedade, onde a guerra merece especial atenção. Neste ponto, João de Salisbúria serve-se do tratado de Vegécio (e também do de Frontino), mas fá-lo com ecletismo, mostrando ter captado a mensagem principal do DRM, também do ponto de vista político e moral. Para Salisbúria, o conhecimento da arte militar é importante para governar e para proteger o povo, devendo conduzir à criação de uma "mão armada" ao serviço do príncipe (a "cabeça" do reino). O autor critica a contratação de mercenários, defende a educação prática e o

treino intensivo dos soldados, salienta as semelhanças entre o soldado e o padre (em matéria de seleção e de juramento, por exemplo) e, sobretudo, atribui ao *miles* uma posição honrosa no seio da sociedade, pois integra um grupo escolhido que se ocupa da defesa da pátria. Concebido numa época muito conturbada em Inglaterra (a da "anarquia" ao tempo do rei Estêvão, 1135-54), o *Policraticus* pretende semear a ideia da necessidade de um monarca forte (Henrique II, 1154-89), dispondo de um exército poderoso e leal, pronto para defender o bem comum e o interesse público, num quadro político em que a lei é vista como uma espécie de "apoteose da ordem" (a expressão é de Walter Ullmann, citado por Allmand na p. 89). Nestes termos, pode bem dizer-se que Salisbúria utiliza o DRM para chegar muito mais longe; ou seja, para sustentar uma proposta de defesa da autoridade real suportada por dois pilares: a lei e o exército, com o que se garantiria a paz, a ordem e o bem público. Como conclui Christopher Allmand, nas mãos de João de Salisbúria, Vegécio deixa de ter uma importância meramente militar: o *Policraticus* deu-lhe uma outra dimensão, política e social, potenciando a sua influência nos séculos vindouros. Visto assim, o DRM tornou-se muito mais do que aquilo que o seu título indicava!

O segundo caso de estudo é Guilherme "o Bretão", capelão de Filipe IV "Augusto", rei de França entre 1180 e 1223. Tanto nas *Chroniques* como na obra *Philippidos*, Guilherme usa abundantemente Vegécio (embora nunca o citando) em numerosas matérias de foro militar. Para ele, a guerra é também uma forma privilegiada de unir a nação em torno do monarca e da Coroa: veja-se os casos do cerco de Château-Gaillard (na Normandia), em 1204, ou a célebre batalha de Bouvines, travada em 1214 e que Georges Duby considerou ter sido uma autêntica certidão de nascimento da França moderna. Nos inícios do séc. XIII, em França, o exército era visto por Guilherme como um instrumento da monarquia para subjugar os adversários do governo capetíngio. Por isso, a imagem que se deseja passar é a de um exército combatendo unido sob a liderança régia e pela defesa do bem comum. Como salienta Allmand, Guilherme "o Bretão" cruza a filosofia política de João de Salisbúria com as lições práticas de Vegécio.

O terceiro caso analisado é bem mais conhecido do público português: trata-se de Afonso X, rei de Castela e Leão no terceiro quartel do séc. XIII e autor de uma compilação jurídica de grande repercussão na Península Ibérica: as *Siete Partidas*, onde se reúnem numerosas contribuições

intelectuais e legais (incluindo costumes orais hispânicos). Na 2.<sup>a</sup> Partida, em especial nos títulos 18 a 24, dedicados à guerra, é evidente a influência de Vegécio em numerosas matérias militares: o poder do líder, a obrigação de servir o rei e de defender o bem comum (se necessário até à morte), a intolerância para com a deserção, a importância do treino, os perigos da negligência, o incentivo das promoções (feitas por critérios de competência marcial), o valor da experiência e do conhecimento profundo da arte da guerra, a vantagem de se alcançar a vitória com um mínimo de esforço e de perdas (o que implica estudar o adversário, antecipar os seus planos e apanhá-lo desprevenido: numa palavra, ser "prudente"), a conveniência de acautelar o equilíbrio emocional e psicológico das tropas, entre outras. Allmand salienta em particular as 30 leis do título 23 das *Siete Partidas*, que insistem na importância de uma boa preparação, no papel decisivo dos comandantes e na melhor forma de os escolher (já que eles são como que o leme de um grande navio), no treino, no saber tirar partido dos elementos da natureza (como por exemplo o sol), na obediência às ordens superiores, no uso de senhas e códigos secretos, na escolha e organização interna dos acampamentos e, sobretudo, nas qualidades, direitos e obrigações da cavalaria: lealdade, força, destreza, moderação, perseverança e astúcia, para apenas citar as mais importantes. Deste modo, conclui Allmand, percebe-se que a influência do DRM sobre a obra de um dos maiores monarcas medievais ibéricos foi simultaneamente moral e prática, convergindo no assumir da ideia de que o bom desempenho militar é não só uma honra, mas também uma responsabilidade.

O quarto *case study* é Gil de Roma (ou Egídio Romano) e o seu *De Regimine Principum*, uma obra escrita entre 1275 e 1277 para o futuro Filipe "o Belo". Gil de Roma era um aristotélico e tomista que pensou profundamente a sociedade e a forma como se poderia alcançar o bem comum. Eremita agostinho, chegaria a arcebispo de Bourges, e o seu tratado (autêntico "espelho de príncipes") reflete sobre o desenvolvimento do Estado, as suas funções e as do governante, que, tal como o arqueiro, orienta o seu povo, nomeadamente na defesa contra a agressão externa. Gil de Roma nomeia expressamente Vegécio, muito em especial na Terceira Parte do Livro III, que é toda dedicada à guerra, e onde o tratadista romano é citado 19 vezes. Aqui, o exército é apresentado como um fator de manutenção e de defesa do bem comum, pelo que convém que ninguém conheça melhor os segredos da arte militar

do que o próprio rei... Note-se, porém, que, apesar do seu largo uso do DRM, Gil de Roma não se mostra escravo do tratadista latino, antes o simplifica e adapta com bastante à-vontade, inclusivamente no capítulo relativo à poliorcética (DRM, Livro IV, caps. 1 a 30), o que de alguma forma sugere que muitas das recomendações de Vegécio sobre a arte de cercar e defender fortalezas eram ainda úteis na centúria de Duzentos, se devidamente filtradas e criticamente incorporadas. Ao tempo de Gil de Roma, a ideia da construção de um exército régio - nos termos em que João de Salisbúria a havia preconizado - estava na ordem do dia, e o autor do *De Regimine Principum* deu um grande contributo para a sua consolidação. Nesta obra, o DRM não é, pois, visto com o olhar de um antiquário, mas sim como um tratado que podia ser útil em todas as épocas. Graças à enorme popularidade que o livro de Gil de Roma alcançou, tendo-se tornado inclusivamente um autêntico "manual de faculdade", o tratado de Vegécio passou a conhecer uma nova vida e um público muito mais alargado. Por isso, como remata Allmand, pode bem dizer-se que é grande a dívida de Gil de Roma relativamente a Vegécio, mas é igualmente imensa a de Vegécio relativamente ao educador de Filipe "o Belo". Com o tempo, e devido às traduções sucessivas do *De Regimine Principum*, esta dívida foi aumentando, assegurando a divulgação do DRM entre um público alargado e muito para além do universo escolar.

O quinto caso analisado por Allmand corresponde à "literatura de cruzada", algo que resulta do reacendimento do espírito cruzadístico entre os reis de França no final do primeiro quartel do séc. XIV. Neste contexto, promoveram-se algumas coletâneas de textos militarmente inspiradores, e Allmand detetou a presença do DRM no seu seio, num pequeno grupo de manuscritos. Atendendo à época e ao objetivo concreto (a guerra no Mediterrâneo oriental), é interessante notar que, nestes casos, o que Vegécio escreveu sobre a poliorcética e a guerra naval mereceu mais atenção do que o habitual. Alguns dos manuscritos em causa dividem mesmo o DRM em cinco Livros, isolando os capítulos que dizem respeito à guerra no mar. Em alguns casos, existem glosas e desenhos feitos a várias mãos. Um dos manuscritos, oriundo do norte da Itália e que pertenceu à coleção dos Visconti, associa Vegécio a Frontino, a Fidenzio de Pádua e a Bartolomeu de Ursino. Fidenzio foi um franciscano que aproveitou a sua muita experiência pessoal da guerra contra os muçulmanos para escrever um célebre *Liber recuperationis*

*terre sancte*, onde adianta muitos conselhos de inspiração claramente vegeciana, ao mesmo tempo que recorre a exemplos das Sagradas Escrituras. Quanto a Bartolomeu de Ursino, foi um eremita agostinho de inícios do séc. XIV, a quem devemos o *De re bellica spirituali*, uma alegoria sobre temas militares repleta de citações clássicas (Vegécio, Frontino, Valério Máximo, Catão e Salústio, entre outros); Urbino aproveitou as ideias mais positivas de Vegécio acerca do papel do exército e, como bom conhecedor da literatura militar e do espírito do DRM, fê-lo com grande coerência e unidade interna.

O sexto caso analisado por Allmand é a obra de Cristina de Pisano, uma tratadista italo-francesa já dos inícios do séc. XV, cujo contributo para a criação de um exército monárquico forte em França, na sequência das lições da Guerra dos Cem Anos, foi deveras importante. No *Livre des fais et bonnes meurs du sage roy Charles V* (de 1404, composto para o duque da Borgonha, Filipe, irmão do falecido rei), Cristina evoca a sabedoria de Carlos V (1364-1380), um monarca que, não podendo (por motivos de saúde) conduzir pessoalmente o seu exército, soube nomear um grande condestável (o bretão Du Guesclin, que nem sequer era um homem de estatuto social elevado) e, com ele, planear uma guerra de desgaste do ocupante estrangeiro da França extremamente bem-sucedida. Nesta obra, Vegécio é utilizado pelo filtro (mais político) de Gil de Roma. No *Livre du corps de police* (de 1406, um "espelho de principes" com grande impacto do *Policraticus*), Cristina faz poucas citações de Vegécio, mas acusa alguma influência do DRM, nomeadamente sobre o recrutamento, a liderança, as qualidades do homem de guerra, a confiança dos soldados e a importância do seu juramento). Mas foi no *Livre des fais d'armes et de chevalerie* (de 1410) que Cristina de Pisano mais demoradamente estudou as questões militares, usando largamente e com a-propósito o tratado de Vegécio para compor uma obra bastante pessoal e muito bem-sucedida. Neste trabalho, Allmand salienta o esforço da autora de adaptação do DRM à realidade militar dos inícios do séc. XV (ex.: técnicas de cerco, armamento), assim como a forma como ela enfatiza a importância de algumas das constantes da arte da guerra: a ordem, a disciplina, as promoções, a vigilância e a "prudência", entre outras. Trata-se de uma abordagem intelectual e inteligente da arte militar, que, juntamente com os dois tratados previamente citados, tornou o conjunto da obra de Cristina de Pisano um importante contributo para a restauração da paz em França, sob a liderança de uma monarquia

reabilitada. Assim sendo, e como sublinha Allmand, o DRM adquire uma configuração cada vez mais politizada, entendendo-se a guerra como um meio para alcançar um determinado fim, que nem sempre é meramente militar...

O sétimo caso considerado no livro em apreço é o de João Juvenal dos Ursinos (1388-1473), bispo de Beauvais e Laon, arcebispo de Reims e conselheiro de Carlos VII (a quem dedica os seus trabalhos) e de Luís XI de França. Este ilustre clérigo mostrou possuir muitas ideias militares inspiradas na Roma antiga e em Vegécio. No *Loquar in tribulatione*, escrito para uma assembleia dos Estados de França prevista para Bourges em 1440, mas que não se chegou a realizar, Juvenal dos Ursinos evidenciou o seu desprezo pela desordem civil, o seu apelo à autoridade régia e a sua defesa da guerra como forma de repor a paz. Para tanto, havia que preparar bem os soldados, e era justamente isso que Vegécio ensinava a fazer. Leal aos reis Valois, o autor não deixava por isso de admirar o sistema militar do ocupante inglês, que considerava muito mais unido, competente e coeso; quanto aos Franceses, faltava a disciplina da cavalaria, a obediência ao rei e ao condestável. No tratado *Verba mea* (de 1452), Juvenal dos Ursinos acusa uma influência romana ainda maior e volta a recorrer a Vegécio (embora o chegue a citar, erradamente, como Valério Máximo). Para este clérigo, angustiado com a guerra que grassava no seu país, o treino militar conduzia à disciplina no campo de batalha, à lealdade, à confiança e à obediência, condições imprescindíveis para se alcançar a vitória. Tal como mostrara a experiência da batalha de Poitiers-1356 (em que João II fora aprisionado pelos Ingleses), o monarca não devia ir pessoalmente à guerra, que conviria que fosse conduzida em termos bem vegecianos, com o mínimo de esforço e de risco: colher muita informação, surpreender o adversário, recorrer a emboscadas, semear a divisão entre os inimigos e não deixar que estes fossem capazes de desferir o primeiro golpe. No que Juvenal já tinha mais dúvidas era em matéria de saber o que fazer com os soldados em tempo de paz: mantê-los juntos (com os riscos que tal acarretaria) ou deixá-los regressar a casa e retomar a sua profissão?...

Allmand considera depois o caso das Ordenações militares borgonhesas de Carlos "o Temerário" (c. 1470), assunto a que dedicara já um estudo anterior (2001). O contexto político-militar é o da ascensão e queda do ducado Valois da Borgonha, entre 1360 e 1480. O último duque, Carlos (filho de Filipe "o Bom" e de uma dama portuguesa:

Isabel, filha de D. João I e de D. Filipa de Lencastre), interessou-se sobremaneira pela tradição militar romana e, no seu ducado, chegaram a existir diversas cópias do DRM, uma delas num manuscrito de 1470, que contém igualmente a tradução francesa da *Cyropaedia* de Xenofonte (traduzida do grego para latim por Poggio Bracciolini), feita pelo famoso letrado português Vasco de Lucena. Nas Ordenações de finais de 1473, Carlos acusa diversas influências, mas com claro realce para o DRM de Vegécio: escolha dos oficiais, autoridade baseada no juramento de lealdade e no respeito pelas regras estabelecidas, comandantes com mandatos anuais e escolhidos criteriosamente pelo líder, importância de uma boa seleção e treino dos recrutas no campo, boa coordenação de movimentos no campo de batalha, combate ao absentismo e à deserção, por exemplo. O sonho de Carlos era construir um novo exército, formado por companhias permanentes de voluntários pagos e tomando como modelo a experiência dos clássicos, ajustada pelos desenvolvimentos militares recentes ocorridos em França e na Confederação Suíça. Neste contexto, compreende-se o largo recurso de Carlos "o Temerário" ao Livro II do DRM (sobre a estrutura da legião romana), até aqui muito pouco utilizado. Segundo conclui Allmand, as Ordenações borgonhesas constituem um ponto de viragem na história militar europeia e tiveram repercussão em toda a renovação militar do séc. XVI, no conjunto da Europa!

O nono e penúltimo *case study* de Allmand é Dinis "o Cartuxo", um monge de Roermond e um escritor prolífico e espiritual do séc. XV. No seu *De vita et regimine principum*, este frade cartuxo salienta a importância de se possuir uma milícia para proteger a comunidade da agressão externa. Por isso, não apenas os soldados e os cavaleiros, mas também os príncipes e os reis devem saber como fazer a guerra (uma ideia inspirada em Gil de Roma). Ao sublinhar como o soldado deve estar preparado para morrer pelo bem comum (motivo pelo qual se deve treinar intensamente, pois, embora a vitória dependa de Deus, os homens devem fazer tudo o que estiver ao seu alcance para a merecer) e ao mostrar a sua preocupação para com a logística dos exércitos (o que faz com que hostes demasiado grandes sejam desaconselháveis), Dinis revelou-se um escritor atento às matérias militares. No entanto, ao contrário de quase todos os outros, como grande escritor espiritual que é, ele mostra-se sobretudo preocupado com a salvação das almas, realçando as qualidades comuns aos que lutam contra os exércitos

terrenos e aos que enfrentam os inimigos espirituais: perseverança, prudência, cautela e discrição, entre outras (cf. o *De vita militarium*). Como sintetiza Allmand, Dinis "o Cartuxo" faz uma aproximação cuidadosa e defensiva de Vegécio, no sentido de pôr ordem e disciplina na vida, e é possível que tenha sido também assim que o clero, desde a Alta Idade Média, aproveitou o DRM. Nesta linha, Dinis sentiu necessidade de se distanciar de alguns dos conselhos (considerados pouco cristãos) do tratadista romano, como por exemplo a ideia de semear a discórdia no seio dos inimigos, embora tivesse noção da fraca aplicabilidade dos seus preceitos morais em matéria militar: nos tempos que se viviam, o pragmatismo de Vegécio revelava-se facilmente vencedor...

Por fim, Allmand considera o caso de Nicolau Maquiavel (1469-1527), não sem antes ter o cuidado de o enquadrar no despertar da consciência para a importância de se dispor de uma autodefesa forte por parte das cidades-Estado italianas, a partir do séc. XIII. Desde os finais da centúria de Trezentos que os *condottieri* (grandes líderes mercenários) estavam a ser descartados por serem caros, pouco fiáveis e excessivamente dominadores, tendo este clima propiciado o reacendimento dos velhos ideais republicanos. Diversos intelectuais surgiram a lembrar como Platão, Aristóteles ou Vegécio se tinham mostrado contrários à contratação de mercenários e como homens como Petrarca tinham sustentado a defesa dos Estados através de milícias republicanas. Para além disso, a paz assinada em Lodi, em 1454, entre as principais potências italianas (Milão, Veneza e Florença, mais tarde alargada à Santa Sé e aos aragoneses de Nápoles e da Sicília) tinha proporcionado quatro décadas de paz, durante as quais o espírito castrense tinha adormecido perigosamente, à sombra da magnificência dos príncipes italianos. Assim, quando, em 1494, a Itália se tornou um palco de guerras e invasões sangrentas, em que se digladiaram os apetites de diversas potências europeias (ex.: Espanha e França), ressurgiu o debate sobre a defesa e sobre o papel do soldado. Foi neste ambiente que se inseriu Maquiavel, estudioso da história de Roma, autor de temas bélicos e um homem com experiência na administração militar de Florença, muito apegado aos modelos romanos. Maquiavel atribuía uma importância decisiva à existência de um exército próprio e eficaz em cada principado italiano; para ele, um governante que não soubesse de guerra nunca teria a confiança dos seus soldados, o que enfraqueceria o Estado. O grande escritor florentino nunca cita diretamente Vegécio, encobrindo as suas fontes, mas usa

abertamente o Livro I do DRM na sua *Arte da Guerra*. Contrariamente a Dinis "o Cartuxo", para Maquiavel, homem do Renascimento, ludibriar o adversário era algo de glorioso e de altamente recomendável (cf. O *Príncipe*). Tal como Carlos "o Temerário", Maquiavel serviu-se bastante do Livro II do DRM e, do Livro IV, sobre poliorcética, aproveitou e adaptou as referências que lhe pareceram mais importantes para a sua época. Quanto às célebres "Regras Gerais da Guerra", reproduziu-as quase sem alteração na sua *Arte da Guerra*, sinal evidente da sua grande atualidade! Já sobre guerra naval, o florentino quase nada disse. Certo é que, como remata Allmand, o soldado, para este pensador, é uma peça básica do Estado, servindo para estabelecer e manter um governo adequado. O exército é aqui considerado como muito mais do que uma máquina de guerra: ele é também uma organização de seres humanos, que, bem treinados, se tornam confiantes e vitoriosos. Quanto ao bom general, Maquiavel descreve-o como aquele que antecipa e que coloca o seu adversário numa situação sem alternativa, através de uma atitude pró-ativa (e não reativa). Por isso, a vitória numa batalha campal começa na cabeça de um bom comandante, capaz de transportar boas ideias para o campo de batalha. Em Maquiavel, é clara a visão alargada (sociopolítica) da guerra, a sua defesa do exército como o núcleo central do Estado e a invocação da paz e da segurança como os dois pilares sobre os quais este tem de repousar. Por isso mesmo, o exército deve ser sempre recrutado entre os cidadãos: trata-se de um assunto demasiado importante para ser entregue nas mãos de terceiros...

O segundo capítulo da Segunda Parte da obra de Christopher Allmand (cap. 7) analisa as traduções do *De Re Militari* de Flávio Vegécio Renato, que tiveram início na segunda metade do séc. XIII. Depois de recordar o papel crucial do tradutor na divulgação de uma obra e as "adaptações" a que este geralmente sujeitava a sua matéria-prima (sem com isso cuidar que a "traía"), Allmand defende que se traduziu largamente o DRM sobretudo para criar um manual militar útil na época em que o tradutor viveu. Uma pista interessante será, a este respeito, analisar a forma como foram sendo traduzidos alguns termos nucleares, como a expressão *res militaris*, jogando com a polissemia do termo "cavalaria" e procurá-lo, manifestamente, um conceito menos ético e social e mais militar, mais romano, mais virado para a arte da guerra (ex.: "an army", em vez de "chivalry"). Allmand pergunta então se seria possível fazer uma tradução literal do DRM cerca de um milénio depois de esta obra ter sido escrita,

e observa que, por vezes, o tradutor se considerava como o verdadeiro autor da obra, tanto mais que a vulgarização do DRM a partir do séc. XIII exigia algum compromisso com a modernidade.

Posto isto, Allmand analisa em concreto as traduções vernaculares do DRM, país a país. Em França, a primeira foi feita em anglo-normando (um dialeto do francês) por Mestre Ricardo, em 1254-56 ou, mais provavelmente, em 1271-72. O seu destinatário foi o príncipe Eduardo (futuro rei Eduardo I de Inglaterra), casado, aliás, com uma meia-irmã de Afonso X de Castela (Leonor, uma mulher de grande cultura para a sua época). O tradutor, apesar de fiel, omitiu diversos termos e até passagens (nomes romanos, frases obscuras, termos técnicos mais ingratos), mas também expandiu o texto original para o tornar mais inteligível. Resta um único manuscrito desta tradução (em Cambridge), que tem a particularidade de incluir duas iluminuras: uma de página inteira, mostrando Vegécio, o "filósofo de Roma", a falar a um público de cavaleiros (o que enfatiza a importância do conhecimento do passado); a outra, mais pequena, representando uma cena de guerra no mar (um tema com acuidade no Ocidente europeu nos finais do séc. XIII). A segunda tradução francesa deve-se a Jean de Meun, um letrado experiente, que já completara o *Roman de la rose* (de Guilherme de Lorris) e que traduzira Boécio e Pedro Abelardo. O trabalho terá sido dedicado e talvez encomendado pelo conde de Eu, João de Brienne, um neto do rei de Jerusalém falecido em 1230. A tradução deve ter sido feita para a cerimónia de investidura e de casamento do futuro Filipe "o Belo", em 1284. Jean de Meun produziu um texto prático e utilitário, onde interpretou o pensamento de Vegécio e o exprimiu de uma maneira familiar, com poucos erros e de uma forma razoavelmente fiel. Após 1300, foram acrescentadas duas dezenas de interpolações a esta tradução, aludindo a acontecimentos coevos, como a batalha de Bouvines, a morte de Corradino, a cruzada de Luís IX na Tunísia ou as guerras em Aragão. Talvez sugeridos por João de Brienne ou pelo próprio Filipe "o Belo", estes acrescentos mostram bem como a Idade Média adotara o DRM como uma obra sua! Entre 1284 e 1290, surgiria uma tradução em verso, devida a Jean Priorat e dedicada a João de Châlon-Arly (mandatário e tio do conde da Borgonha). Esta nova tradução, segundo Allmand, poderá ter sido o reflexo de uma derrota naval francesa em Aragão, em 1285. Só sobreviveu um manuscrito, de grande qualidade e contendo cinco iluminuras alusivas à guerra no séc. XIII. Talvez baseada numa versão antiga e perdida da tradução

de Jean de Meun (que, porém, Priorat não seguiu servilmente), esta tradução em verso não deve ter contribuído de forma significativa para a notoriedade de Vegécio. Quanto à tradução preparada cerca de 1320 por Jean de Vignay, um normando que trabalhou para a mulher do rei Filipe VI (Joana da Borgonha), apresenta uma qualidade bastante duvidosa, reflexo provável de o seu autor dominar mal o latim e conhecer ainda pior o vocabulário técnico militar. Por isso, não colocou a tradução de Jean de Meun na sombra, e esta manteve-se como a tradução francesa "de referência".

Em Itália, até aos finais do séc. XV, houve quatro traduções integrais do DRM. A primeira, de Bono Giamboni, em dialeto toscano, surgiu em data anterior a 1292; o seu autor traduziu também outras obras e trabalhou para o seu comendatário com gosto pelo caráter didático do tratado de Vegécio; foi bem-sucedido, graças à natureza prática e utilitária do seu texto. A segunda, anónima, surgiu em finais do séc. XIV ou inícios do séc. XV, dela restando apenas um manuscrito, muito rico e possivelmente oriundo do Norte de Itália; trata-se da melhor das traduções italianas. A terceira deve-se a Mestre Venanzo de Bruschino da Camerino e foi completada em 1417; o seu comendatário foi nada menos do que Braccio da Montone (m. 1424), famoso capitão e nobre de Perúgia, cidade de onde o Mestre era natural; trata-se de uma tradução competente, embora palavrosa. Segundo Allmand, é possível detetar a influência de Vegécio sobre o estilo peculiar de guerra praticado por Braccio da Montone (e, possivelmente, por outros que se lhe seguiram e o imitaram), designadamente no que diz respeito ao controlo das tropas no campo de batalha (disciplina, rotação dos soldados, velocidade de manobra), do aprovisionamento em água (cf. batalha de Santo Egídio, travada em 1416, no pino do verão) e de outras matérias; Montone incentivou, aliás, as justas em Perúgia, como forma de treino, e o seu exército era de recrutamento regional, tendo também valorizado a infantaria ligeira de espada e escudo pequeno (mas aqui talvez sob influência dos angevinos de Nápoles). A quarta tradução integral, anónima, provém da região de Siena e dela resta apenas um manuscrito com quatro textos emparceirados: o DRM, uma obra do humanista Bruneto Latino, a *Ética* de Aristóteles e o *Secretum Secretorum* do Pseudo-Aristóteles, todas elas em italiano; no caso de Vegécio, trata-se de uma tradução clara e fiel, embora se lhe possam apontar diversos erros. Allmand chama igualmente a atenção para uma tradução quatrocentista

italiana, mais uma vez anónima, de que possuímos apenas o Livro I, não se sabendo se haveria mais texto; o autor seria provavelmente um clérigo, que tentou tornar o texto do DRM acessível aos "modernos".

Quanto à Península Ibérica, Allmand recorda a dúvida em relação a uma eventual tradução portuguesa do DRM pelo infante D. Pedro e identifica duas traduções catalãs e uma castelhana. Da primeira tradução catalã, não se conhece o autor, nem a data, nem o patrono, mas sabe-se que é bastante fiel ao texto latino de Vegécio; quanto à segunda, deve-se a Jaime de Castellà, provavelmente um valenciano, tendo sido feita sob o patronato do rei João e de Violante de Bar; no entanto, o trabalho deve ter sido executado a partir de uma versão francesa do DRM (que não foi a de João de Meun), embora o autor mantivesse à sua frente uma versão latina (e, por vezes, até pareça segui-la mais de perto do que a versão francesa, entretanto desaparecida); os comentários marginais dos leitores realçam as passagens relativas à sabedoria dos antigos e alguns aspetos de natureza prática: o uso de uma armadura capaz, os efetivos de cada formação e o lugar dos comandantes no campo de batalha. Já em Castela, apesar da citada influência do DRM sobre as *Siete Partidas* (c. 1270), a primeira (e única) tradução medieval de Vegécio que hoje se conhece surge apenas depois de 1400. Deve-se a um frade dominicano chamado Afonso de San Cristóbal, que terá trabalhado provavelmente para Henrique III de Castela, nos finais do séc. XIV e nos inícios da centúria seguinte (cf. os importantes estudos de Peter Russell a este respeito). Frei Afonso gostava de resumir os argumentos de Vegécio e tirou bom partido da sua experiência de pregador, bem como da sua grande erudição; mas o mais característico neste trabalho são os comentários espirituais que o tradutor foi introduzindo *pari passu*, tornando a obra uma verdadeira alegoria espiritual inspirada em Vegécio: passa-se da guerra real à guerra moral contra os adversários da fé e procura-se mostrar como um espírito bem treinado consegue vencer as forças do mal... Segundo Allmand, o *El libro de la guerra* de D. Henrique de Villena (m. 1434), tradutor da *Eneida* e da *Divina Comédia*, baseia-se largamente em Frei Afonso e na sua tradução de Vegécio; acrescentaremos que na biblioteca do nosso D. Duarte existia exatamente um *Livro da Guerra*, de autoria ainda hoje incerta.

Em Inglaterra, segundo explica Christopher Allmand (que aqui faz uma *mise au point* atualizada do problema, com base em estudos recentes de D. Wakelin e de outros investigadores), a primeira tradução do DRM

data de 1408, sendo possivelmente da autoria de John Walton, que terá tido como patrono Sir Thomas Berkeley, um soldado muito ativo e cuja família tinha já antes funcionado como mecenas de John Trevisa, o tradutor inglês do *De Regimine Principum*, de Gil de Roma. Curiosamente, o texto desta tradução excede em mais do dobro o original latino do DRM, o que resultou do facto de o tradutor ter procurado adaptar o texto de Vegécio à nova era (por exemplo, no que toca ao uso da artilharia); trata-se de uma tradução eivada de um espírito prático, adequada sobretudo a gente em início ou em final de carreira das armas. A segunda tradução inglesa surgiria só em 1459-60, em verso, obra provável de John Neele (e não de Robert Parker, como até aqui se pensava); Allmand considera-a um trabalho simplório, mais uma paráfrase do que uma verdadeira tradução do DRM, realizado numa época de grande tensão política em Inglaterra (Guerra das Duas Rosas); por isso, a ênfase é fortemente social e política (preocupação com o bem-estar comum em tempos agitados), e a figura do rei e do seu exército são convenientemente exaltadas, em contraste com os rebeldes; Vegécio e o DRM aparecem aqui como tendo as respostas ideais à questão sobre como implementar a solução militar para o problema da falta de ordem e de segurança, o que mostra bem a relação íntima entre o crescimento do exército e o crescimento do Estado neste final de Idade Média; provavelmente, tratar-se-ia de uma tradução para ser lida sobretudo pelos homens de guerra.

Por fim, no espaço de língua alemã, a primeira tradução integral do DRM surgiu cerca de 1438, na Faculdade de Artes de Viena. O seu autor, que permanece anónimo, tinha provavelmente um interesse mais histórico do que moral pelo tratado de Vegécio, e o trabalho foi feito para o duque Alberto V, "rei dos Romanos" (m. 1439); trata-se de uma tradução fiel ao original latino, mas com algumas *nuances* e que, sobretudo, suscitou muitas anotações marginais, em especial no Livro I do DRM; também este tradutor tentou "atualizar" o texto latino, com referências a arqueiros, a bestas, a armamento não cavaleiresco e mesmo a luta livre no âmbito do treino militar recomendado! A segunda tradução data, o mais tardar, de 1475 (momento da sua impressão em Augsburg) e deve-se a Ludwig Hohenwang, um humanista natural da região de Ulm e que estudara na Universidade de Basileia; o trabalho foi dedicado a um conde João, bibliófilo humanista e também soldado bastante ativo; segundo Allmand, não é provável que, como se tem admitido, o trabalho tenha sido feito a partir da primeira edição latina impressa do DRM

(Nicolau Ketelaer, 1473-74); certo é que teve boa fortuna, que de resto mereceu por ser bastante fiel e clara, apresentando mesmo um glossário de palavras e expressões menos familiares, com o que procurou ser útil a uma vasta gama de leitores (incluindo aos que quisessem depois ler o DRM em latim).

O capítulo 8 do novo livro de Christopher Allmand (ou seja, o terceiro da Segunda Parte) é extremamente breve e dedica-se aos desenhos e iluminuras que acompanham os manuscritos do DRM e as respetivas glosas. Com efeito, nestas podem aparecer desenhos de formações militares (como quadrados, cunhas, círculos ou linhas de batalha), assim como armas (espadas, arcos, flechas, fundas, pedras ou máquinas, como o toleno ou o fogo greguês), entre outros motivos (relacionados com a saúde e higiene dos soldados ou com outros temas). Quanto às iluminuras, Allmand considera que elas podem dizer muito sobre o tipo de abordagem da obra, na medida em que realçam alguns aspetos selecionados. Neste ponto, a edição em apreço reproduz e comenta (pp. 200-201, a preto e branco) algumas belas iluminuras de manuscritos particularmente ricos do DRM. Allmand chama também a atenção para um manuscrito italiano de finais do séc. XIV, decorado por Nicolau de Bolonha, o mais notável iluminador bolonhês desta época. Este manuscrito inclui 130 pequenas vinhetas, com 2x2 cm, que decoram a capital inicial de cada capítulo; os temas dessas vinhetas concordam, de resto, com as glosas dos leitores: Allmand reproduz diversos exemplos (pp. 202-207), onde se podem ver cenas de treino militar, uso de espões, abastecimento de praças sitiadas, entre outras. As belas iluminuras-vinhetas do manuscrito bolonhês são, para Allmand, o sintoma da perceção subtil do DRM e da intenção de o "explicar" visualmente, através de um diálogo estreito entre a imagem e o texto. Claro que, de uma forma geral, e como conclui Allmand, a adaptação das imagens à realidade do séc. XIV (roupas, armas, acampamentos, cidades fortificadas) mostra claramente a utilidade prática do DRM nos finais da Idade Média: tal como os tradutores, os artistas "medievalizaram" o tratado de Vegécio e, ao fazê-lo, deram indicações muito relevantes - por exemplo, sobre a importância do soldado comum e não do cavaleiro (Allmand nota que não há ilustrações de cenas de torneio ou de cargas de cavalaria, mas há representações de luta livre com soldados vulgares... ).

O capítulo seguinte ocupa-se das coleções de "excertos" do DRM. A primeira que se conhece, explica Allmand, deve-se ao letrado irlandês

Sedúlio Escoto e terá sido feita em Liège, ainda em meados do séc. IX; trata-se de 25 excertos, dos quais 60% do Livro III e 20% do Livro IV - uma tendência sugestiva e que seria confirmada posteriormente. A intenção de Sedúlio foi transformar cada excerto numa máxima; no seu *Liber de rectoribus Christianis*, as escolhas parecem mais movidas por motivos morais e retóricos do que propriamente militares. Também Rábano Mauro (abade de Fulda e futuro arcebispo de Mainz), no seu *De procinctu Romanae militiae*, dedicado em 856 a Lotário II, compilou alguns excertos (que reescreveu) do DRM; a coleção não ocupa, em versão impressa, mais de dez páginas, e a escolha privilegia os princípios militares que poderiam ter utilidade prática em meados do séc. IX; quase tudo provém do Livro I do DRM, pois Rábano Mauro deve ter achado que este livro condensava o essencial da mensagem de Vegécio (no que não deixa de ter alguma razão, segundo observa Allmand). A partir do séc. XIII, os chamados "enciclopedistas" (como Vicente de Beauvais ou João de Gales) aproveitaram particularmente bem alguns excertos selecionados do DRM. Curiosamente, este aparece também em coleções de extratos destinadas a pregadores dos sécs. XII e XIII, com temas previamente alinhados por ordem alfabética (cf. Tomás da Irlanda ou John Bromyard, entre outros). Assim, com motivações e em circunstâncias muito diversas, o DRM ia fazendo o seu caminho também neste popular género de literatura, de gosto tão medieval; como nota Allmand, o tratado de Vegécio, com capítulos curtos e máximas incisivas, prestava-se bem a isso; o facto garantia-lhe bastante popularidade, mas, por outro lado, fazia perder de vista a natureza essencial da obra no seu todo, e isso, em Vegécio, é essencial! Entretanto, as glosas e os desenhos salientam, no caso das coleções de excertos, a importância dispensada pelos leitores às passagens do DRM que sublinham a necessidade de os soldados desenvolverem as suas capacidades morais e físicas; um valioso manuscrito do Trinity College de Dublin, provavelmente produzido na East Anglia na segunda metade do séc. XV, apresenta um número elevado de glosas e de *nota bene*, realçando temas como a qualidade dos soldados (aspeto mais importante do que o número de efetivos), a importância de um bom equipamento defensivo, a saúde, a logística, a marcha nas proximidades do adversário, o ataque a exércitos inexperientes, a responsabilidade do general, a velocidade de circulação dos exércitos e a vantagem de derrotar o adversário pela fome e não pelo ferro, entre outras matérias; há também uma alusão a guerras coevas, contra

o rei da Arménia e contra os Escoceses. Note-se que muitos excertos do DRM surgem em manuscritos que emparelham o tratado de Vegécio com outros escritos, como por exemplo o *De Regimine Principum*, de Gil de Roma. De uma forma geral, comenta Allmand, o Livro III do DRM foi o que suscitou mais interesse; o Livro IV, sobre poliorcética e guerra naval, mereceu pouca atenção, e metade das coleções de excertos ignoram-no por completo. A demonstração de Allmand prossegue depois com uma análise mais individualizada das coleções de excertos, país a país. Em França, evidencia-se o reduzido número de excertos do DRM em língua francesa conhecidos até agora e o facto de todos eles datarem de meados do séc. XV (ou ainda mais tarde). No espaço germânico, há 14 cópias vernaculares com extratos do DRM antes de 1400, mas o número aumenta para 34 até 1500; salienta-se o *Lehre vom Kriege* ("Ensinaamentos da guerra"), de Johann Seffner (c. 1400, só com sete páginas e com quase todos os exemplos a serem retirados do Livro III de Vegécio) e o *Ritterspiegel* ("Espelho de Cavaleiros"), de Johannes Rothe (em verso, c. 1415, e onde não se aproveita quase nada dos Livros II e IV do DRM). Em Itália, sobressai um manuscrito do séc. XVI, parte em italiano e parte em latim, com esquemas e diagramas nas margens que mostram uma preferência crescente pela representação visual das ideias do DRM. Em Castela, temos o *Tratado de la guerra*, de Afonso de Cartagena (arcebispo de Burgos entre 1435 e 1456): esta obra é uma mera coleção de 161 excertos baseados no DRM, com especial interesse pelo Livro I e também - o que é mais raro - pelo Livro II, talvez com um espírito mais histórico. Por fim, na Escócia, Allmand realça uma interessantíssima tradução latim-inglês feita, em 1494, pelo passavante Adam Loutfut para um arauto de Marchemont; neste caso, porém, a base deve ter sido Gil de Roma (e não Vegécio); o trabalho mostra ter um especial interesse pelo que o tratadista romano disse sobre bandeiras e insígnias, sobre disciplina nas fileiras, sobre treino militar, sobre acampamentos, sobre as qualidades do bom general, sobre o papel decisivo dos porta-estandartes para se conseguir manter uma hoste bem unida (isto é, sobre um dos papéis mais importantes da heráldica), sobre a necessidade de recolha de informação inteligente (através de espões e batedores), sobre uma escolha de efetivos adequada à natureza do terreno e sobre a vantagem de receber já em posição um adversário que chega cansado ao campo de batalha. Trata-se - comenta Allmand - de uma seleção interessante do DRM, com organização própria e muito baseada no Livro III

(e, subsidiariamente, no Livro I, na parte alusiva à seleção e ao treino dos recrutas). Mais uma vez se confirma, portanto, que os Livros I e III do DRM eram aqueles que forneciam mais material aos leitores de qualquer época; do mesmo modo que se percebe a importância do papel mediador de Gil de Roma na divulgação do tratado de Vegécio.

O décimo capítulo do livro de Christopher Allmand, e último da Segunda Parte, também muito breve, dedica-se à presença do DRM nos alvares da imprensa, a partir de finais do séc. XV. Primeira observação: o tratado de Vegécio foi um dos primeiros textos clássicos a serem impressos, registando-se a existência, notável, de sete ou oito "incunábulo" (impressões anteriores a 1501)! A primeira edição impressa do DRM foi feita em Utrecht, em 1473-74, por Nicolau Ketelaer; a segunda, surgiu em Colónia, em 1475, preparada por Nicolau Götze, com a particularidade de o texto aparecer distribuído em duas colunas. Em 1475-76 foi impressa a já citada tradução alemã de Ludwig Hohenwang, pela mão de um editor de Augsburg, chamado Johann Wiener. Allmand pergunta por que razão este bem estabelecido editor teria apostado em Vegécio. A resposta é simples: livros como o DRM eram vistos como obras clássicas com ressonância especial no mundo novo que se abria ao séc. XV. Curiosamente, a tradução impressa de Hohenwang incluiu 63 xilogravuras (por exemplo: de máquinas, de armas, de barcos), visando cativar um público-alvo mais alargado, onde ao interesse especificamente militar se associasse o gosto histórico e filológico. A aposta resultou, e a edição foi muito bem-sucedida. Do lado francês, a primeira edição impressa do DRM surgiu em Paris, em 1476-79, enquanto em Itália foi o alemão Eucário Silber que promoveu a estreia, no ano de 1487. Neste último caso, havia uma novidade: a edição associava Vegécio a Frontino, a Aélia e a Modesto (tendo-se mais tarde, em 1494, incluído também Onesandro). A experiência deve ter resultado bem, pois, logo em 1495-96, um outro editor, Plato de Benedictis, de Bolonha, promoveu a edição impressa de uma coleção dos mesmos quatro textos publicados por Silber oito ou nove anos antes. Tal foi o último dos incunábulo do DRM. Em jeito de comentário, Allmand observa que as primeiras edições de Vegécio revelam pouca intenção de proporcionar ao leitor uma compreensão plena do texto do DRM, com exceção do caso da tradução de Hohenwang (com as ilustrações já referidas). Assim, a invenção da imprensa não parece ter tornado a leitura do DRM muito mais cómoda, e só com a edição parisiense de

Jean Petit, em 1515, surgiria uma tábua completa de temas e de palavras. Quanto ao modelo editorial de Silber, terá sido inspirador, pois teve alguma continuidade. Allmand realça ainda o facto de Hohenwang ter sido o primeiro a produzir uma tradução vernácula do DRM e uma edição impressa da mesma obra - uma notável associação de competências, reunindo tradutor e editor. Aliás, em matéria de traduções vernaculares impressas, a Alemanha levou grande vantagem em relação aos restantes países: na Itália, isso só aconteceu perto de meio século depois (c. 1525), em Inglaterra não antes de 1572, e, em Espanha, apenas no séc. XVIII. Seja como for, certo é que o nome de Vegécio vendia, de tal modo que as edições latinas do DRM não cessaram de todo.

3. A Parte III (pp. 249-348) da obra de Christopher Allmand que aqui apresentamos ao público de língua portuguesa estuda "O legado" do *De Re Militari* de Vegécio para o pensamento e a prática militar medievais e compõe-se de um único capítulo (n.º 11: "O desenvolvimento da influência de Vegécio"), subdividido em introdução, nove alíneas e conclusão.

Na introdução, Allmand observa que tanto os soldados como os governantes e até os clérigos tinham interesse pelas ideias de Vegécio, cuja fama se estendeu muito para além daquilo que seria legítimo imaginar no séc. V. Como alertou Jacques Krynen (um grande estudioso da literatura dos chamados "espelhos de príncipes"), o medievalista jamais conseguirá provar a influência de uma corrente ideológica sobre uma transformação institucional concreta, pelo que a questão do legado *prático* do DRM à arte militar da Idade Média não pode merecer uma resposta taxativa. Ainda assim, temos de reconhecer que o DRM possuía diversos e importantes trunfos para ter sucesso durante o longo período medieval: um conteúdo com recomendações aplicáveis a várias épocas e circunstâncias; um estilo conciso, ao encontro do gosto medieval pela compilação e o resumo; e o facto de ser um texto sobre o exército romano (um grande exemplo de sucesso) preparado por um autor romano (e um cristão, acrescentaremos nós). Além disso, não teve praticamente concorrência, e a adaptabilidade das suas ideias (por vezes um pouco contra o espírito original da obra) também favoreceu a sua aceitação na Idade Média. Curiosamente, Vegécio teve seguramente mais sucesso na época medieval do que no mundo tardo-romano, e não pode subsistir qualquer dúvida de que deixou um importante legado, tendo contribuído

para a discussão sobre a arte militar, mas também sobre o governo da sociedade (por exemplo, sobre o papel da autoridade ou sobre o uso da força). Alguns pontos concretos do DRM mereceram a especial atenção dos seus leitores: a liderança; a logística (o bom aprovisionamento em armas e vitualhas); a qualidade do equipamento defensivo; o treino regular e intensivo; e a criação de um exército "estatal" - um tema com uma repercussão prática bastante grande a partir do séc. XIII.

"Guerra e razão" é o primeiro tema abordado por Allmand neste seu último capítulo. Aqui se lembra como o tipo de guerra preconizado no DRM (uma guerra inteligente e capaz, dirigida por uma liderança "cerebral") estava orientado sobretudo para a obtenção de um resultado final positivo. Para tanto, o príncipe tinha especiais responsabilidades: ele devia ter consciência dos efeitos perversos da atividade bélica e, por isso, cabia-lhe assegurar a paz, preparando-se convenientemente para a luta armada através do bom conhecimento das experiências marciais do passado. Esta ideia de "antecipação" das dificuldades, de pensamento pró-ativo, tem interessantes reflexos na linguagem usada por Vegécio: Allmand nota o uso largo dos prefixos "prae" e "pro" (ex.: *praecavere, praemittere, praenoscerere, praeoccupare, praeparare, providere*), geralmente associados a expressões e ideias que indiciam preparar a guerra, prever problemas, recolher informações prévias para depois decidir sem pressa e com bases sólidas, providenciar abastecimentos, antecipar movimentos, e outros. Assim sendo, é lógica a importância dada ao trabalho dos espíões, um assunto candente nos finais da Idade Média e que levou mesmo Philippe de Mézières (1327-1405, um veterano da guerra no Mediterrâneo oriental) a defender junto do seu rei (Carlos V de França) que se gastasse um terço do orçamento da guerra em operações de recolha de informação inteligente! Mas, tal como o seu comandante, também o exército devia estar sempre a postos para lutar, pelo que era essencial que se continuasse a treinar, mesmo em períodos de paz: o ócio comportava, de facto, imensos riscos para a segurança de um Estado. Só isso poderia também garantir um equilíbrio psicológico, que permitiria superar o medo e insuflar confiança nos soldados, matérias que o bom general não devia de forma alguma descuidar. Como observa Allmand, a partir do séc. XII a abordagem da guerra é feita segundo uma perspectiva mais intelectual, e a *prudentia*, o planeamento, a observação começam a superar a força e a coragem na análise dos cenários militares e na tomada de decisões. Numa palavra, a guerra ganha o estatuto de "ciência", e isso exige que

se utilizem e disponibilizem (através de traduções vernaculares) bons guias, bons textos de referência sobre os segredos da arte militar. Se é certo que a sorte, o acaso não podiam ser totalmente eliminados do cenário militar, a razão podia agora limitá-los, e isso constituiu mais um trunfo para o sucesso do DRM nos finais da Idade Média.

A segunda alínea considera a questão do "soldado". Allmand começa por observar que, intencionalmente ou não, Vegécio sublinhou a importância do exército para a sociedade e o lugar reservado ao soldado para se alcançar e preservar o bem comum e a estabilidade. No entanto, como o soldado não era uma máquina, mas um ser humano, deveria ser adequadamente treinado, do ponto de vista físico e mental. João de Salisbúria aproveitou algumas destas ideias no plano filosófico (ex.: a importância do soldado na defesa do interesse comum) e, mais tarde, Gil de Roma aprofundou-as, servindo-se do DRM em tempo de reis bastante ciosos da sua autoridade (como Filipe "o Belo"). Como notou Allmand, as Ordenações régias francesas de 1295, 1331 e 1352 já estabelecem a prioridade da guerra do rei sobre as guerras privadas. Aos poucos, o rei reclamar-se-á como o único árbitro dos conflitos dentro do seu território e pugnará pela restauração da autoridade da Coroa e pela reposição da ordem numa França dividida e destruída pela guerra (Guerra dos Cem Anos, guerra entre Borgonheses e Armagnacs). Autores quatrocentistas como Juvenal dos Ursinos, Robert Blondel ou Alain Chartier encararão o exército como um instrumento privilegiado para o restabelecimento da monarquia e do povo francês. Os soldados podiam inspirar medo e desagrado, mas sabia-se que por eles passaria a reposição da autoridade numa França enfraquecida. Ora, o DRM ajudou a restaurar o bom-nome do exército e do soldado e contribuiu para enraizar a ideia de que uma boa preparação para a guerra ajudava a conservar a paz e a harmonia. O ideal romano de serviço público ganhava uma nova aura e Allmand observa ser possível detetar diversos sinais de estima e de reconhecimento pelo papel dos soldados reformados e de atenção à sua condição e à condição das suas famílias, na Europa dos finais da Idade Média. As próprias glosas dos leitores medievais do DRM apontam nesse sentido: muita atenção dispensada ao juramento, à obediência, ao combate à deserção, ao reconhecimento do serviço militar como um serviço público meritório e indispensável à sociedade. No fundo, remata Allmand, "a morte sofrida num conflito justo em nome do bem comum transformou o campo de batalha num campo de honra" (p. 269).

A terceira alínea diz respeito à "liderança". Aqui, Allmand recorda o famoso aforismo vegeciano: ganhar com um mínimo de custos, procurar a vitória e não a glória. Como nem sempre os governantes podiam tomar parte na guerra, devia haver lugar a delegação de competências militares, mas era necessário que isso se fizesse por escrito e na sequência de uma escolha madura: o bom comandante seria aquele que fosse capaz de, entre várias alternativas possíveis, escolher a mais certa. Para tanto, devia aconselhar-se com gente experiente na guerra, mas depois devia decidir sozinho e manter sigilo sobre os seus planos. Ao mesmo tempo, o bom general devia cuidar de elevar o moral e a confiança dos seus homens, não só pela palavra mas também pelo exemplo pessoal. Importante, também, era manter o *esprit de corps* no seio do exército (cf. DRM, Liv. II); para tal, devia impor-se a obediência aos superiores e recorrer ao uso de bandeiras e de sinais (visuais ou sonoros) convencionados. Cuidar do alojamento, da vigilância, da observação do adversário e da discórdia entre os inimigos eram também atributos do bom general preconizados por Vegécio e a que os leitores medievais do DRM aderiram. Cerca de 1420, Alain Chartier lembrava o bom exemplo da nomeação do condestável Du Guesclin por Carlos V de França: a autoridade militar suprema fora delegada, com excelentes resultados, num homem sem grande cotação social mas com enorme experiência militar. Por volta de 1470, no famoso *Jouvencel*, também Jean de Bueil recomendava que a liderança militar fosse entregue aos mais capazes. A literatura tardo-medieval discutiu ainda a questão da posição ideal do comandante no campo de batalha: Vegécio recomendava que ele liderasse a partir do meio do exército, e não da linha da frente, para não se expor demasiado e para ter uma melhor visão do campo de batalha e do desenvolvimento do combate; não é difícil imaginar que a desgraça de João II "o Bom" na batalha de Poitiers (1356), em que foi aprisionado pelos Ingleses, tornou este conselho particularmente sensível em França...

A quarta alínea do último capítulo de Allmand discute "a cavalaria, a nobreza e o exército". O autor começa por perguntar o que tinham o DRM e a cavalaria medieval em comum. Ambos percebiam a importância da honra pessoal, da coragem e da lealdade, ambos perfilhavam o conceito de "serviço", a ideia do respeito pelas capacidades marciais e a recomendação do treino regular. No *Policraticus* (1159), encontramos (como reacção a uma França devastada) uma primeira justificação intelectual do uso do monopólio da força pelo exército régio, com o fim

de obter a paz e de defender a *res publica*. Mas, para tal, havia ainda um longo caminho a percorrer: João de Salisbúria criticava o descontrolo e os excessos da cavalaria medieval e apelava a um maior sentido da responsabilidade - a ideia era canalizar as energias cavaleirescas para a criação de um exército régio capaz de defender eficazmente a *res publica*. Na obra de Guilherme "o Bretão" (*Phillipidos*), já encontramos o exemplo de um exército bem unido em torno do seu rei (Filipe Augusto, na batalha de Bouvines, em 1214) e a cavalaria a funcionar como "braço armado" do monarca, tal como recomendara Salisbúria. As *Siete Partidas* de Afonso X reforçarão este sentimento: havia que redirecionar as energias marciais, em prol do serviço público tutelado pela Coroa; para isso, todos estavam sujeitos a ser chamados às armas, ricos e pobres combateriam lado a lado. Allmand regista ainda as principais diferenças entre a doutrina do DRM e as tradições militares da cavalaria: um diferente conceito de liderança (baseada na competência e não no nascimento); uma outra ideia de disciplina (o cavaleiro deve obedecer ao líder, em nome do interesse comum); e uma ênfase distinta no papel da "coragem" (que, para Vegécio, em batalha campal contava menos do que a "experiência", isto é, do que a sabedoria, o planeamento e a capacidade de execução). Portanto, era necessário introduzir uma mudança nas atitudes da cavalaria, e disso mesmo nos fala Philippe de Vitry, cerca de 1330, sob forte influência da leitura do DRM. Depois, com as derrotas em Crécy-1346 e em Poitiers-1356, o imperativo de mudança tornou-se ainda mais claro em França, e autores como Eustácio Deschamps, nos finais do séc. XIV, insistiram bastante nisso, e com aparente sucesso. A Coroa francesa estava ansiosa por recuperar o controlo do exército, impondo a disciplina, o fim da guerra privada, o uso legítimo e exclusivo da força pela monarquia, tudo em nome de uma guerra justa, de uma guerra "pública". Vegécio deu um enorme contributo para esta evolução, como bem se percebe pela leitura das obras de Honoré Bouvet e, sobretudo, de Cristina de Pisano. Nos escritos desta autora de inícios de Quatrocentos, a finalidade da guerra era proteger a sociedade, o que pressupunha uma renovação do próprio conceito de cavalaria. Sob a influência de autores como Alain Chartier ou Juvenal dos Ursinos, que prezavam Vegécio e os seus princípios de defesa da autoridade central, de concentração do comando nas mãos de uma só pessoa (o rei), de obediência aos superiores, de seleção cuidadosa de recrutas e oficiais do exército, e de treino militar intensivo, o rei Carlos VII

(1422-61) concretizaria reformas importantíssimas: a criação dos franco-arqueiros, em 1448; e a construção do primeiro exército profissional europeu, com grande envolvimento dos nobres (cf. as "Companhias da Grande Ordenança", a partir de 1445). Perto de 1470, quando escreveu o *Jouvencel*, Jean de Bueil, homem de larga experiência militar, já podia falar, convictamente e sem risco de não ser entendido, de valores como o bem público, a subordinação dos valores da cavalaria aos do Estado, o desprezo pela vã glória, a importância do coletivo ou o exercício da função militar como um serviço público.

A alínea seguinte trata justamente do "exército estatal". Neste ponto, Allmand insiste na ligação estreita entre a guerra e a paz: *si vis pacem, para bellum* ("se desejas a paz, prepara-te para a guerra"), um dos aforismos mais célebres de Vegécio, inserto no Prefácio ao Livro III do DRM. O comando do exército pelo governante era visto como um investimento, que trazia como dividendo a paz. Vegécio, portanto, atribuía ao exército uma função essencialmente defensiva, e isso compaginava-se bem com a realidade europeia dos finais da Idade Média e com o pensamento dos seus maiores teóricos. Como frisaria Maquiavel, o exército era uma das riquezas mais valiosas de um Estado e o seu primeiro agente de segurança. Havia era que lutar com estratégia, e não ao acaso. E havia também que concentrar recursos e esforços, pondo fim às guerras privadas, que deveriam ser proscritas. Segundo Allmand, diversos outros fatores ajudaram ao desenvolvimento dos exércitos nacionais: as exigências de financiamento (taxação central); o fornecimento de armas (a partir da Torre de Londres, ou do Louvre, por exemplo); o uso crescente de uniformes e de outros símbolos nacionais; o pagamento de indenizações por perda de cavalos ou de barcos; e a logística, cada vez mais pesada (cf. experiências na Borgonha ou em Veneza). Muitas glosas dos leitores medievais do DRM sugerem entusiasmo pela (nova) forma de ver o exército e pelo reconhecimento da sua importância social. E é legítimo admitir que o DRM tenha tido alguma influência nas *Assizes of Arms* inglesas (Henrique II, 1181) e nas regulamentações de João "Sem Terra" (1205) e Eduardo I (1285, Estatuto de Winchester), onde se previa a obrigação geral de defender o reino sob chamamento real. Em Castela, sabemos que tanto Afonso X (1252-84) como Afonso XI (1325-50) desenvolveram esforços no mesmo sentido, que os seus sucessores continuariam, até no contexto da revisão da mobilização militar da nobreza (introdução do sistema das soldadas vassálicas),

da reorganização dos quadros do exército (criação dos ofícios de condestável e marechal, em 1382) e, claro está, da guerra de Granada, concluída apenas em 1492, pelos Reis Católicos. Em Itália, a evolução do modelo dos *condottieri* (cf. os Sforza, em Milão) e as experiências de Veneza (sempre ameaçada pelos mercenários e com muitos interesses marítimos) apontaram também para uma intervenção estatal crescente no domínio militar, sob natural influência do modelo romano. Na Alemanha, na primeira metade do séc. XV, a fraqueza militar e o divisionismo interno conduziram igualmente a apelos a um exército forte, capaz de repor a ordem; sob a influência do cardeal Nicolau de Cusa (*De concordantia catholica*, 1433), sonhou-se com a criação de um império pacífico, alicerçado num exército coeso, pago com dinheiros públicos. Em França, a história dos reis capetíngios, em especial a partir de Luís VI (1108-37), mostra bem a progressiva associação entre exército e crescimento da monarquia, e o aparecimento, quase em simultâneo (c. 1280), do *De Regimine Principum* de Gil de Roma e da tradução do DRM por Jean de Meun só vieram dar força a esse projeto. Foi, de resto, em França que, como já dissemos, teve lugar o desenvolvimento mais notável conducente a um exército estatal, apesar das hesitações registadas no período imediatamente posterior à morte de Carlos V (em 1380): referimo-nos à declaração de Carlos VII de controlo do exército (1439) e, pouco depois, à criação das Companhias de Ordenança (1445, o que encerra o processo de criação do exército real francês) e dos bem selecionados e treinados franco-arqueiros (1448), massa preciosa de uma força verdadeiramente nacional, que procurava tirar o melhor partido do capital de experiência bélica acumulado. Em 1451, impôs-se o juramento ao rei por parte dos capitães dos franco-arqueiros, facto que Allmand considera como um verdadeiro parto do "servidor militar do Estado" (p. 301). Em toda esta evolução europeia, o modelo romano deve ter tido uma influência nada desprecienda. Como comenta um leitor do DRM no séc. XII, "non sine militibus regere sua regna [possunt]", ou seja, "nenhum governante pode dirigir o seu reino sem os soldados" (Ms. de Nápoles). Um pouco por toda a parte (também em Inglaterra, na Borgonha, em Veneza), começam a desenhar-se carreiras militares bastante longas (que podiam conduzir à nobilitação, à promoção e a outros sinais de honra) e adotam-se critérios de organização militar muito mais profissionais. Curiosamente, as próprias iluminuras do DRM acompanham este processo, evidenciando a necessidade de ter soldados

disponíveis para a defesa, frisando a importância do treino e enfatizando a autoridade militar do governante.

Como sexta alínea deste seu derradeiro capítulo, Allmand considera a questão, importantíssima, do "aprovisionamento e logística". Aqui, o autor começa por observar que os antigos estavam mais conscientes do problema da logística do que os generais medievais (com a notável exceção de Carlos Magno). É grande a ênfase de Vegécio no problema, indo ao ponto de considerar a fome como uma arma de guerra (DRM, Liv. III, cap. 9, uma ideia que, aliás, Philippe de Vitry e Nicolau de Cusa aproveitariam). No DRM, podemos mesmo encontrar uma lista de armas e de ferramentas que a legião deve transportar sempre consigo, fazendo dela uma autêntica "cidade armada" (DRM, Liv. II, cap. 25). Allmand deteta, a partir das iluminuras (ex.: as vinhetas de Nicolau de Bolonha) e das glosas deixadas nos manuscritos, um grande interesse dos leitores medievais do DRM por estas recomendações. E, de facto, na Baixa Idade Média, registou-se um crescimento do sistema de aprovisionamento dos exércitos europeus, para o que também contribuiu o desenvolvimento das redes de comércio. A partir do séc. XIII, os reis tomam o assunto cada vez mais em mãos; vejam-se as campanhas de João "Sem Terra" em França (em 1205 e 1210), ou as guerras de Eduardo I em Gales e na Escócia: confisco de alimentos, compra compulsiva, nomeação de oficiais para gerir as vitualhas, criação de bases de abastecimento (por exemplo, em Chester, durante as guerras anglo-galesas), requisição estatal de meios de transporte, entre outras medidas. Exércitos maiores e campanhas cada vez mais demoradas obrigavam a uma organização logística muito mais sofisticada e centralizada, e os ensinamentos dos antigos podiam ser úteis na matéria. Como recorda Allmand, a primeira tradução vernacular do DRM (em anglo-normando) foi feita exatamente para o futuro Eduardo I de Inglaterra... Paradoxalmente, o contraste com o séc. XV é chocante: nesta centúria, os Ingleses revelaram muitas debilidades na sua organização logística durante as campanhas que realizaram em França, no âmbito da Guerra dos Cem Anos (recomendem-se as mortes em Harfleur, em 1415, ou a penosa marcha até Agincourt, no mesmo ano). Allmand nota ainda os esforços de Veneza para consolidar uma organização militar mais centralizada, que pressupunha também o recurso a *proveditores*, civis que, entre outras tarefas, se ocupavam do aprovisionamento dos exércitos. Em conclusão, Vegécio, ele próprio um administrador, valorizou bastante a logística no seu tratado e,

com isso, ajudou a Europa a ganhar consciência de um problema vital para o sucesso militar.

A alínea seguinte ocupa-se do "armamento defensivo". Allmand começa por recordar a importância, prática e psicológica, que o DRM atribui a uma boa proteção de corpo. Ora, nos sécs. XIII e XIV, assiste-se, na Europa, à transição das defesas de malha metálica ("loriga" ou "cota de malha") para a armadura de placas (ou "arnês"); talvez por isso, muitos manuscritos e excertos de Vegécio denunciam uma atenção progressiva ao tema. No DRM, o tratadista relaciona as derrotas romanas diante dos bárbaros, nos sécs. III e IV, com a negligência posta na proteção do corpo, lacuna que os arqueiros godos bem sabiam aproveitar; e recomenda que se protejam bem os peões, os atiradores com arcos e os porta-estandartes, e também que os homens sejam treinados com as armas vestidas e, se possível, bem limpas e resplandecentes ao sol (como forma de intimidar o inimigo); para Vegécio, um soldado bem protegido é, desde logo, um soldado confiante. Segundo Allmand, cerca de 30% dos manuscritos assinalam estas passagens do DRM. Apesar disso, iluminuras medievais bastante tardias continuam a mostrar arqueiros mal protegidos, e não parece que as regulamentações marciais inglesas de Eduardo I, Henrique II ou Eduardo II, que previam que os homens mobilizados para a guerra trouxessem de casa um equipamento militar de qualidade, tivessem tido muito sucesso: essas proteções eram caras, e apenas os mais ricos podiam corresponder aos apelos régios, eles próprios talvez inspirados nas recomendações de Vegécio. De qualquer modo, ainda que a evolução tenha sido lenta (em meados do séc. XIV, o peão francês mais bem equipado ainda só aspirava a proteger bem a metade de cima do corpo), é indiscutível que o desenvolvimento da besta, do arco longo e da espada de estoque obrigaram os europeus dos finais da Idade Média a reforçar as proteções de corpo, tirando partido do desenvolvimento da metalurgia. E, nesse sentido, aproximaram-nos um pouco mais das sugestões avançadas por Vegécio *in illo tempore*.

A oitava e penúltima alínea do derradeiro capítulo da obra que aqui apresentamos considera uma matéria muito controversa entre os historiadores: "a estratégia e a batalha". Como recorda Christopher Allmand, Vegécio preferia claramente os métodos indiretos de vencer o adversário e entendia a batalha campal como um último recurso. Ora, como na Idade Média (tal como no mundo antigo) não se requeria a destruição do adversário para se ser declarado vencedor, estas sugestões

do DRM (no fundo, vencer por "outros meios") ganharam um especial encanto: a guerra medieval era muito feita à base da surpresa, da artimanha, da fraude, da emboscada, da espionagem... Vegécio - fosse por temperamento, fosse por falta de experiência pessoal, fosse por recear a repetição de desastres como o de Adrianopla - recomendava que se evitasse a batalha campal, onde facilmente se perdia o controlo dos acontecimentos e onde os erros eram sempre fatais, pois não havia tempo nem meios para os corrigir. E recomendava vivamente uma guerra de desgaste, de usura, a menos que surgisse uma oportunidade excepcional, em que as possibilidades de vitória fossem elevadas, ou então em circunstâncias em que o combate em campo aberto não pudesse ser evitado. Obviamente que estas ideias eram facilmente adaptáveis à Idade Média, que gostava dos estratagemas (como os recomendados no *Strategemata* de Frontino, onde Vegécio também bebeu), das retiradas simuladas, de espalhar a discórdia entre os adversários para mais facilmente os derrotar, de técnicas de embaraço e de criação de problemas logísticos e de comunicações (matéria em que a cavalaria podia ser muito útil) e de outras soluções semelhantes. Na França da segunda metade do séc. XIV, o condestável Du Guesclin distinguiu-se exatamente por ser um mestre neste modelo de guerra, que tanto podia ser utilizado para defender como para atacar. Como observa Allmand, Vegécio teria, sem dúvida, aprovado os *raids* e cavalgadas dos generais medievais (às vezes perpetrados em grupos de apenas uma dúzia de cavaleiros), ou as *chevauchées* inglesas no território da França, que visavam a destruição de casas e bens, a diminuição da base tributária do inimigo, a imposição de taxas, o afundamento moral do adversário, o minar da autoridade política dos governantes inimigos, o saque, o resgate vultuoso de prisioneiros, numa palavra, a limitação dos recursos humanos e financeiros do exército rival. Em resposta, a tendência era para investir no reforço das defesas urbanas, obrigando os adversários a dominar as cidades para controlar efetivamente um território, pelo que muitas campanhas medievais dependiam do sucesso das operações de cerco, matéria que o DRM também aborda no seu Livro IV. Também a famosa tática da "terra queimada" (que John Gillingham considera como um procedimento passivo vital da estratégia defensiva medieval) foi muito praticada na Europa dos sécs. XI a XV, e Allmand admite que Vegécio teria concordado largamente com ela. Claro que os territórios (como a França ou a Península Ibérica) com mais castelos

seriam mais sensíveis à doutrina vegeciana, mas deve recordar-se justamente o surto de encastelamento verificado no Ocidente europeu na Baixa Idade Média (incluindo em Inglaterra, na sequência da conquista normanda de 1066). Quando a batalha se tornava inevitável, bem, aí havia que procurar combater na melhor posição, se possível em terreno elevado e com os restantes elementos naturais (sol, vento, pó) a favor. Mas, insistimos, tal era um desfecho relativamente raro para uma campanha, e o desenvolvimento da diplomacia, a partir de 1300, também contribuiu para o refrear, desincentivando a batalha em prol de soluções políticas negociadas no sossego das cortes e dos gabinetes.

A última alínea temática do cap. 11 aborda a "guerra no mar". Trata-se de uma matéria que suscitou menos interesse por parte dos leitores medievais. Uma das explicações para isso, segundo Allmand, é o facto de a guerra no Mediterrâneo (que Vegécio tem em mente) ser bastante diferente daquela que se travava no Norte da Europa. Outra é que só a partir do séc. XIII, e de forma lenta, a guerra naval se impôs no cenário militar ocidental. Além disso, o próprio Vegécio escreveu pouco sobre o tema: apenas os 16 capítulos finais do DRM tratam o assunto e, neles, Vegécio refugia-se largamente em aspetos como: o estar a postos; a hierarquia; a construção de navios; ou a arte da navegação. Quanto ao combate naval propriamente dito, só surge considerado nos derradeiros três capítulos do DRM, onde se analisam: a variedade das armas usadas na guerra no mar; a importância de dispor de um bom equipamento defensivo; a espionagem; a surpresa; o aproveitamento de ocasiões propícias para lutar; as vantagens táticas do combate, não em linha (como na guerra terrestre), mas com o dispositivo em forma de crescente ou meia-lua (para envolver o adversário com as alas); a conveniência de travar batalha no mar alto e de empurrar o inimigo para o litoral, para lhe cortar a velocidade e a retirada; e o recurso a armas específicas (como vigas com cabeças de ferro e foices) para sabotar os apetrechos de direção dos navios adversários. De acordo com Allmand, a investigação recente vê com ceticismo a influência de Vegécio em matéria de guerra naval (texto demasiado breve, natureza da frota romana, à base de galés, entre outros), mas, ainda assim, há alguns ecos desta parte do DRM em autores como Afonso X, Cristina de Pisano, Jean de Bueil (que foi almirante da França) ou Philippe de Clèves. As ideias de Vegécio sobre o uso de sinais de comunicação e o reconhecimento de navios também podem ter sido úteis aos leitores da Idade Média, tanto mais que,

no séc. XIII, se começa a assistir à criação de frotas régias (em Aragão, em Veneza, mesmo em Castela e em Portugal, sobretudo com D. Dinis), apoiadas pelos seus arsenais e taracenas. São conhecidos os esforços de Luís IX (São Luís, rei de França entre 1226 e 1270) para criar o porto de Aigues-Mortes, assim como o aparecimento, meio-século depois, do "Clos de Galées" (um pequeno estaleiro real francês em Rouen, estuário do rio Sena), ou ainda o investimento de Henrique V na criação de uma pequena base naval em Southampton, no sul de Inglaterra, em inícios do séc. XV, sintoma da importância que a guerra no mar tinha adquirido no cenário da Guerra dos Cem Anos. Como remata Allmand, até à segunda metade do séc. XV (época da introdução dos canhões a bordo dos navios), a guerra naval praticada na Europa ainda apresentava algumas semelhanças com a sumariamente descrita por Vegécio: tipo de mísseis, tipo de combate, dispositivo tático em crescente (com a força principal nas asas), uso de navios-batedores, valor da experiência naval, recurso a frotas atuando em bloco (com os navios bem próximos uns dos outros), utilização de um sistema de sinais codificados, papel do almirante, entre outros aspetos; e isto, apesar de tudo, pode ter tornado a leitura dos últimos 16 capítulos do DRM minimamente interessante.

A última componente do magnífico estudo de Christopher Allmand, ainda que integrada no capítulo 11 do livro, funciona quase como uma "conclusão" do conjunto da obra. São perto de 20 páginas de arrumação de ideias em matéria de identificação do "legado" do *De Re Militari* ao mundo medieval e renascentista.

O estudo de Allmand analisou a receção e transmissão do DRM ao longo de cerca de sete séculos (entre 800 e 1500). Flávio Vegécio Renato foi um conselheiro militar *senior*, que escreveu em tempo de crise militar e que se tornou um ícone e uma *auctoritas* em matéria militar. A sua obra foi vista essencialmente como um trabalho didático. Apesar de ter pouca experiência pessoal da guerra, Vegécio sabia muito de administração, de recursos humanos e de gestão de comportamentos psicológicos. O seu tratado configura uma abordagem "científica", ponderada e não impulsiva da arte da guerra e guindou-se a um prestígio sem rival, tornando o respetivo autor uma espécie de acumulador sábio da experiência do passado. Ora, a transmissão escrita dos segredos do sucesso do passado podia conduzir a novos sucessos, e os ensinamentos do DRM foram citados em trabalhos de outros autores desde o séc. VII.

Mas claro que, como avisa Allmand, deve ter-se atenção ao facto de haver muita subjetividade nas escolhas das citações e dos excertos do DRM feitas pelos leitores medievais; e as próprias traduções também podiam distorcer um pouco o sentido do texto de Vegécio, com as suas tentativas de "modernização" do vocabulário técnico do velho autor latino.

Um outro ponto importante que Allmand realça é a influência multifacetada do DRM sobre a cultura medieval europeia: *militar*, por um lado (veja-se Afonso X ou Carlos "o Temerário"); *sociopolítica*, por outro (cf. João de Salisbúria ou Gil de Roma, que pugnam pela criação de exércitos nacionais, pelo monopólio estatal da violência, pelo domínio da lei, da ordem e da paz e pelo reforço da autoridade régia); *moral*, também, no sentido das alegorias espirituais que usam os ensinamentos militares para falar da guerra contra o pecado (*vide* Alcuíno, a cultura monástica, Dinis "o Cartuxo" ou Afonso de San Cristóbal); e, claro, *histórica e literária*, ao encontro dos interesses do Humanismo nascente (cf. Petrarca) e na perspectiva do conhecimento do passado romano, do entendimento de palavras raras, ou da exploração de articulações entre Vegécio, Frontino e Xenofonte, entre outros autores antigos.

Para Christopher Allmand - e esta é talvez uma das conclusões mais relevantes do seu estudo -, é escassa a relação entre os ensinamentos de Vegécio e a prática concreta e diária da guerra na Idade Média. O DRM é menos um manual sobre tática militar do que sobre a condução da guerra. Entre as partes mais apreciadas do tratado pelos leitores medievais, sobressaem: a seleção cuidadosa dos recrutas; a preparação e o treino prático intensivos; a confiança dos soldados; as sete formas de repelir ataques inimigos; as instruções sobre como retirar com sucesso; a importância de atuar como um bloco; a variedade das formações táticas; e a adaptabilidade dos exércitos.

No séc. XI, os exércitos regulares remunerados estavam quase em extinção, e o uso da força repousava nas mãos de uma elite de senhores locais, protegidos pelos seus castelos de pedra. A autoridade central estava em crise, e o DRM ajudou a reabilitá-la. A partir de inícios do séc. XIII, consolidou-se a ideia de que o rei devia controlar o exército (cf. Afonso X e Gil de Roma, inspirado em Aristóteles e em S. Tomás de Aquino); e as traduções do DRM vieram apoiar os esforços centralizadores que já se registavam em França ou em Veneza. Iniciou-se então um processo de renovação e reabilitação do papel (honroso) do soldado na sociedade (carreiras, promoções), amparado pela influência

humanística que começava a soprar e pelos exemplos da historia romana. Neste clima, houve lugar a uma revisão do papel tradicionalmente desempenhado pela cavalaria (que Vegécio, aliás, considerava menos versátil do que a infantaria), em benefício da articulação entre os vários corpos ou "armas" (cavalaria, infantaria, atiradores com arco ou com besta). As *Siete Partidas* e as Ordenações borgonhesas de Carlos "o Temerário" documentam bem esta evolução, de que decorre igualmente a exigência de um treino coletivo, de maneira a que se combatesse mais por um objetivo comum e menos pela façanha individual. A derrota francesa em Crécy (1346) mostrou (como comenta o cronista Jean Froissart) um comando francês mal unificado, como se se atendesse ainda demasiado pouco aos conselhos de Vegécio; havia dúvidas sobre a presença do condestável francês na batalha, registos de má articulação entre cavaleiros e arqueiros, notícia de rivalidades graves e da busca insensata de glória pessoal (por exemplo, pelo rei da Boémia e pelos seus homens), tudo erros que tinham cavado a derrota de Filipe VI de França frente a Eduardo III de Inglaterra nesta primeira grande batalha campal da Guerra dos Cem Anos. Abriu-se então uma discussão em torno do uso de procedimentos não cavaleirescos na guerra (a espionagem, a fraude, o semear a discórdia entre os rivais) e daqui acabaria por resultar a emergência de uma cavalaria mais pragmática e realista, atuando em nome do bem comum.

Vegécio ajudou a dar lastro a esta evolução, que caminhava no sentido da profissionalização da carreira das armas: obediência, disciplina, coragem coletiva, coordenação, espírito de corpo, uso de formações cerradas. Começam a registar-se carreiras militares longas, permanentes, que beneficiam da acumulação de uma grande experiência marcial e da disponibilidade dos seus titulares, que davam mais identidade aos exércitos e que garantiam uma muito maior estabilidade dos comandos. Jean de Bueil ainda receava que a criação de exércitos permanentes ameaçasse as liberdades individuais, mas o processo mostrou-se irreversível e acabaria por conduzir, no séc. XVI, à criação das primeiras academias militares.

Na segunda metade do séc. XV, a guerra conheceu, portanto, grandes mudanças: um aumento significativo de efetivos; novas formações; uso generalizado de armas de fogo; valorização da guerra de cerco; e também, com a invenção da imprensa, difusão de obras sobre a arte militar. Podemos perguntar, sugere Allmand, se Vegécio ainda seria útil

entre 1465 e 1520. Quando olhamos para o *Rosier des guerres* (1481-82), que reflete o pensamento de Luís XI de França e a influência de Vegécio, ou para o *La nef des princes*, de Robert de Balsac (m. 1503), um soldado com larga experiência e cuja obra seria adaptada por Bérault Stuart (que participou na guerra de Granada, tendo falecido em 1508), verificamos que a ênfase é posta na profissionalização dos exércitos, muito à maneira de Vegécio. Mas, como bem se percebe pelo tratado *L'Instruction de toutes manières de guerroyer...*, escrito por Philippe de Clèves cerca de 1516 (e impresso em Paris logo em 1518), verificamos que se trata de obras já muito diferentes, onde a guerra tem outra escala e onde os meios de combate mudaram já de forma substancial. Nesta altura, cresce o número de obras sobre arte militar em toda a Europa, e os textos sobre a guerra (incluindo o DRM) estão já sobretudo nas mãos e sob o olhar atento de leitores seculares. Trata-se, em geral, de textos mais pragmáticos (basta comparar as ilustrações do DRM de Roberto Valturio, impresso em 1472, com as edições de Aélío, no séc. XVI) e, neste ambiente, a influência de Vegécio parece esbater-se progressivamente.

No entanto, por outro lado, alguns dos temas principais do DRM continuavam a ser muito acarinhados: o treino; a prudência (avaliar tudo muito bem, antes de decidir); o informar-se minuciosamente sobre o adversário e os seus planos; o reunir com tempo um financiamento suficiente; o nomear um bom comandante operacional; a escolha de uma boa liderança, feita com base na experiência militar e não no nascimento; o saber aconselhar-se com gente capaz e fiável, para depois decidir sozinho e manter sigilo rigoroso sobre os planos futuros; o saber lidar psicologicamente com os soldados (ex.: retirar cuidadosamente em caso de insucesso, e voltar a atacar somente após descanso e remoralização das tropas, para evitar um segundo revés, como o sofrido por Carlos da Borgonha); o saber exortar e moralizar os soldados, inculcando-lhes confiança e coragem, ao serviço do interesse comum; o entendimento da guerra como um meio de defesa do Estado (os homens deviam lutar em conjunto, com humildade e *esprit de corps*, e não para obter notoriedade e glória pessoal); a importância de ter bons acampamentos, e bem fortificados, para acolher exércitos com efetivos cada vez mais numerosos; a definição de hierarquias mais rigorosas (cf. as Ordenações de Carlos da Borgonha, com as suas "legiões" de 6000 homens e com a figura do "centenier"/centurião); o saber ocupar pontos altos para

otimizar a artilharia (*vide* Philippe de Clèves); a capacidade para se adaptar às circunstâncias do terreno e do adversário; ou ainda o princípio genérico segundo o qual o governante devia ter um bom conhecimento da arte da guerra para poder decidir corretamente em matéria tão melindrosa.

Em síntese, muitos detentores dos manuscritos do DRM perceberam que o tratado que tinham em mãos era mais útil *antes* do que *durante* a batalha! Como salienta Allmand, não se tratava de um guia de tática militar, mas sim de um bom conselheiro sobre a melhor forma de conduzir a guerra. E as iluminuras tardo-medievais sublinham bem isso, apresentando Vegécio como o "filósofo" e sábio, salientando a importância do estudo, mostrando um governante coroado a receber conselho especializado, desenhando cavaleiros montados a manter a ordem em nome do seu rei; ou então, apresentando cenas de treino dos soldados, imagens de cercos ou o uso de uma grande variedade de armas e de engenhos. Por vezes, o DRM é mesmo referido como *De disciplina militaris*, o que nitidamente sugere que os seus conteúdos eram entendidos como a exposição das regras e dos princípios da *scientia militaris*.

Muitos autores dos sécs. IX a XVI, comenta Allmand a terminar, consideraram o DRM como uma autoridade a nível militar. As glosas dos leitores confirmam amplamente esse interesse e aprovação, aduzindo até muitas referências a batalhas e a cercos posteriores a Vegécio, um sinal claro da aplicabilidade do DRM a outras eras. Ao mesmo tempo, a tradução do tratado latino para pelo menos seis línguas vulgares, antes de 1500, também é uma prova inequívoca do seu sucesso; e as adaptações e flexibilizações dos tradutores são igualmente um sinal da sua preocupação em preservar a importância do DRM em época muito posterior. Quanto ao sucesso do DRM nos alvares da imprensa (a partir de meados da década de 1470), a inserção progressiva de títulos, de dedicatórias formais, de prefácios e de glossários mostra bem o esforço dos impressores para valorizar um texto ainda válido para os homens que pensavam e faziam a guerra por volta do ano 1500 (lembremo-nos de Maquiavel). Em 1487, o editor Eucário Silber não deixou de incluir o DRM na sua pequena antologia de textos sobre a arte militar, e o tratado de Vegécio continuaria a ser impresso ao longo dos sécs. XVI e XVII. Tudo bons sinais, conclui Christopher Allmand, de uma grande e duradoura influência do tratadista latino em diversas esferas do humano, e não apenas, nem sobretudo, como uma mera "coisa do passado" (p. 348).

## Conclusão

Em ciência, todo o conhecimento é precário e provisório. Porém, na nossa modesta opinião, passarão muitos anos até que algum investigador mundial escreva páginas tão decisivas sobre Flávio Vegécio Renato e o seu compêndio da arte militar. Christopher Allmand reuniu pacientemente, ao longo de décadas, pequenos sinais que constituem a evidência da reação espontânea dos leitores medievais ao que lhes era dado ler no *De Re Militari*. E isso ainda ninguém tinha feito. Depois de ter visitado uma centena de bibliotecas e de ter manuseado mais de duzentos manuscritos latinos e perto de cem traduções vernaculares, juntou as pedrinhas e construiu o seu *puzzle*. Um mosaico admirável, exaustivo, impressionante no rigor de cada informação e no cuidado da sistematização das ideias. Um trabalho, insistimos, que qualquer medievalista gostaria de ter escrito. E uma obra que nos apresenta Vegécio a uma nova luz: tão militar quanto política, filosófica ou moral. Menos o grande estrategista e mais o pensador do exército como instrumento de consolidação do Estado e da autoridade central. Menos o conselheiro tático miúdo (embora esse aspeto também seja importante) e mais o reabilitador da função do soldado no universo social. Allmand libertou-nos de vez da tentação de discutir (se não mesmo de provar!) a aplicabilidade concreta dos preceitos marciais do compilador romano à prática militar medieval. Criou, com isso, um Vegécio muito mais intemporal, transecular e, a nosso ver, bastante mais verdadeiro. Desse modo, o sucesso inesperado do *De Re Militari* até para além dos limites cronológicos da Idade Média pode ser agora entendido a uma luz bastante diferente. Devemos esta viragem ao reputado professor de Liverpool, que, com paciência de santo, investiu durante décadas neste trabalho e soube, além disso, tirar partido do seu formidável conhecimento da história política e cultural europeia da Idade Média, sem o que as suas conclusões nunca alcançariam a solidez que aqui apresentam.

Recomendamos vivamente esta obra, em especial aos estudiosos que se interessam pelo mundo antigo, medieval ou renascentista. Apesar de algumas repetições, que o carácter demonstrativo e muito sistematizado do trabalho tornaram inevitáveis, ela lê-se com imensa facilidade e agrado. Além do mais, a edição é magnífica, em *hardback* e com uma mancha muito agradável e papel de qualidade, que constitui bom suporte para ilustrações esmeradas e que quase falam sozinhas.

Em síntese, uma viagem muito gratificante e que aqui tivemos imenso gosto em apresentar, a título meramente introdutório, quase de "aperitivo", ao público de língua portuguesa.